



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE MEDICINA**

Nathalia Fernanda Perpetuo Pereira

**Desafios e potencialidades para a agricultura familiar na
alimentação escolar em município do centro-oeste paulista**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Medicina, Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho”, Campus de
Botucatu, para obtenção do título de
Mestre em Enfermagem

Linha de Pesquisa: Processo em Cuidar
em Saúde e Enfermagem

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Rita Marques de Oliveira

Co-orientador: Dr. Rodrigo Machado Moreira

**Botucatu
2019**

Nathalia Fernanda Perpetuo Pereira

**Desafios e potencialidades para a agricultura familiar na
alimentação escolar em município do centro-oeste paulista**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Medicina, Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho”, Campus de
Botucatu, para obtenção do título de Mestre
em Enfermagem

Linha de Pesquisa: Processo em Cuidar em
Saúde e Enfermagem

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Rita Marques de Oliveira

Co-orientador: Dr. Rodrigo Machado Moreira

**Botucatu
2019**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA SEÇÃO TÉC. AQUIS. TRATAMENTO DA INFORM.
DIVISÃO TÉCNICA DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - CÂMPUS DE BOTUCATU - UNESP

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL: ROSEMEIRE APARECIDA VICENTE-CRB 8/5651

Pereira, Nathalia Fernanda Perpetuo.

Desafios e potencialidades para a agricultura familiar na
alimentação escolar em município do centro-oeste paulista /
Nathalia Fernanda Perpetuo Pereira. - Botucatu, 2019

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Medicina de Botucatu
Orientador: Maria Rita Marques de Oliveira
Coorientador: Rodrigo Machado Moreira
Capes: 40602001

1. Merenda escolar. 2. Agricultura familiar. 3. Programa
Nacional de Alimentação Escolar (Brasil). 4. Abastecimento
de alimentos.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Alimentação escolar;
Compras institucionais.

Nathalia Fernanda Perpetuo Pereira

“Desafios e potencialidades para a agricultura familiar na alimentação escolar em município do centro-oeste paulista”

Dissertação apresentada à Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista —Júlio de Mesquita Filho, Campus de Botucatu, para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Rita Marques de Oliveira
Co-orientador: Dr. Rodrigo Machado Moreira

Comissão examinadora

Prof.^o Dr.^o José Giacomo Baccarin
Universidade Estadual Paulista —Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências
Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal

Prof.^o Dr.^o Valdir Gonzalez Paixão Junior
Universidade Estadual Paulista —Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Biociências de
Botucatu - IBB

Botucatu, 28 de Agosto de 2019.

Ao meu avô Oséias,
Pelo legado de amor, fé e lealdade
Pelo carinho à terra e plantação
Pelas histórias inspiradoras.

AGRADECIMENTOS

À Deus, autor de meu destino, meu guia, socorro presente na hora de angústia.

Ao meu pai Assir (que falta você me faz!), minha inspiração, meu primeiro professor, que sempre me instigou a obter novos conhecimentos.

À minha mãe Fátima, meu irmão Thiago, minha sobrinha Lívia e ao meu querido Felipe por todo amor incondicional e por sempre me incentivarem a realizar meus sonhos.

À minha família e amigos por me apoiarem e entenderem os momentos de ausência.

Às minhas colegas de trabalho, minha gerente e a minha Secretária por toda compreensão.

À minha orientadora Prof.^a Maria Rita, por me auxiliar em todos os passos dados, por toda paciência, por todos os conselhos.

Ao meu co-orientador Rodrigo, por todo apoio.

Aos professores que participaram do exame de qualificação e da defesa dessa dissertação.

Ao departamento de Enfermagem, em especial ao secretário da pós-graduação, César, que me auxiliou sempre de forma cordial e competência exímia.

Aos que participaram direta ou indiretamente do trabalho realizado.

RESUMO

Introdução: A Lei nº 11.947 de 2009 do Programa Nacional de Alimentação Escolar preconiza que 30% dos recursos financeiros do repasse federal devem ser destinados à compra direta de alimentos de agricultores familiares, entretanto impasses são relatados pelos gestores municipais e agricultores fazendo com que a compra não ocorra. **Objetivo:** Caracterizar os cenários de produção e abastecimento local com vistas ao fornecimento para alimentação escolar de um município do centro-oeste paulista. **Metodologia:** tratou-se de um estudo exploratório, com abordagem predominantemente qualitativa, dividido em duas fases de execução: 1) levantamento de dados sobre a produção e o abastecimento de hortifrútis em minimercados e quitandas do município; 2) avaliação das percepções dos gestores municipais e agricultores locais referente a chamada pública para alimentação escolar por meio de entrevista grupal, utilizando a matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) e questionário individual com perguntas abertas. A estatística descritiva foi empregada para os dados quantitativos e a análise temática de conteúdo foi utilizada como metodologia para os dados qualitativos. **Resultados:** Os resultados mostraram que os agricultores locais contribuem predominantemente com o abastecimento de verduras no comércio local, os comerciantes relataram dificuldades com diversificação e frequência na produção local. A pesquisa abrangeu 67% dos agricultores que comercializam seus produtos na feira, com os quais já seria possível suprir a necessidade de alguns itens da alimentação escolar do município. Os gestores municipais possuem dificuldades de gerenciamento do processo e falta de apoio político, mas mostraram-se dispostos a realizarem a compra institucional. Os agricultores possuem dificuldades com logística, assistência técnica, infraestrutura e falta de esclarecimento referente a chamada pública, porém demonstraram interesse em participar do processo e possuem capacidade de expandir a produção atual, podendo suprir mais itens da alimentação escolar, além de proporcionar a inclusão de outros itens além dos já obtidos. **Considerações:** A agricultura familiar local possui potencial para atendimento parcial da alimentação escolar do município, entretanto, há necessidade de apoio para organização, tanto da unidade executora quanto dos agricultores, para que ocorra a chamada pública.

Palavras-chaves: Alimentação escolar, Agricultura familiar, Compras institucionais

ABSTRACT

Introduction: Law No. 11.947 of 2009 of the National School Feeding Program states that 30% of the federal transfer funds should be destined to the direct purchase of food from family farmers, however impasses are reported by municipal managers and farmers causing the purchase does not occur. **Objective:** To characterize the scenarios of production and local supply with a view to supplying school meals in a municipality in the midwest of São Paulo. **Methodology:** This was an exploratory study, with a predominantly qualitative approach, divided into two phases of execution: 1) data collection on the production and supply of produce in mini markets and greengrocers of the municipality; 2) evaluation of the perceptions of municipal managers and local farmers regarding the public call for school meals through group interviews, using the FOFA matrix (Forces, Opportunities, Weaknesses and Threats) and individual questionnaire with open questions. Descriptive statistics was used for quantitative data and thematic content analysis was used as a methodology for qualitative data. **Results:** The results showed that local farmers predominantly contribute to the supply of vegetables in local commerce, traders reported difficulties with diversification and frequency in local production. The survey covered 67% of farmers who sell their products at the fair, with which it would be possible to meet the need for some items of school meals in the municipality. The municipal managers have difficulties in managing the process and lack of political support, but were willing to make the institutional purchase. Farmers have difficulties with logistics, technical assistance, infrastructure and lack of clarification regarding the public call, but they have shown interest in participating in the process and have the ability to expand current production, being able to supply more items of school meals, besides providing the inclusion of other items than those already obtained. **Considerations:** Local family agriculture has the potential to partially attend the school meals of the municipality, however, there is need for support for the organization, both the executing unit and the farmers, for the public call to occur.

Key-words: School feeding, Family farming, Institutional purchasing

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

FIGURAS

- Figura 1.** Venda média dos produtores de FLV que são feirantes locais ponderadas pela sazonalidade, município do centro-oeste paulista, 2019. 30
- Figura 2.** Origem de hortifrúti comercializados em quitandas, minimercados e supermercados, município do centro-oeste paulista, 2019. 36
- Figura 3.** Variedade de hortifrúti oriundos da agricultura local, comercializados nos supermercados, minimercados e quitandas, município do centro-oeste paulista, 2019. 37

QUADROS

- Quadro 1.** Repasse per capita a estados e municípios por dia letivo 17
- Quadro 2.** Proporção entre necessidade semanal de frutas, legumes e verduras para atendimento a alimentação escolar e quantidade semanal vendida pelos produtores na feira, município do centro-oeste paulista, 2019..... 31
- Quadro 3.** Média de venda semanal de frutas, verduras e legumes em estabelecimentos comerciais, ponderadas pela sazonalidade, município do centro-oeste paulista, 2019. 38
- Quadro 4.** Matriz FOFA e resolutivas construída pelo grupo de gestores municipais, município do centro-oeste paulista, 2019..... 43
- Quadro 5.** Dificuldades e facilidades de comprar itens da agricultura local apontados por minimercados e quitandas, município do centro-oeste paulista, 2019..... 58

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
2. OBJETIVOS.....	13
2.1 OBJETIVO GERAL.....	13
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	13
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	14
3.1 SISTEMAS ALIMENTARES.....	14
3.2 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, ALÉM DO COMER	15
3.3 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	16
3.4 ENTRAVES PARA O ATENDIMENTO A LEGISLAÇÃO	19
4. MÉTODO.....	21
4.1 FASE I - PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO	21
4.1.1 Local e cenários do estudo.....	21
4.1.2 Levantamento de dados	22
4.1.4 Análises dos Dados.....	23
4.2 FASE II – PERCEPÇÃO DE GESTORES E AGRICULTORES.....	23
4.2.1. Levantamento de Dados.....	24
4.2.2. Sujeitos da Pesquisa	24
4.2.3 Instrumentos de Pesquisa	25
4.3.4 Análise dos Resultados	26
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
5.1. POLÍTICAS AGRÍCOLA E DE COMPRAS INSTITUCIONAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO.....	27
5.2. ABASTECIMENTO.....	28
5.2.1 Feirantes	29
5.2.2. Supermercados, minimercados e quitandas	35
5.3 PERCEPÇÃO DE GESTORES, AGRICULTORES E COMERCIANTES	39
5.3.1 Gestores.....	39
5.3.2 Agricultores	50
5.3.3. Comerciantes	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	65
ANEXO A. Apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa.....	72
APENDICE A. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	73
APENDICE B. Formulário de vendas semanais dos estabelecimentos.....	74
APENDICE C. Questionário “Percepção dos agricultores” sobre os desafios e potencialidades para agricultura familiar na alimentação escolar.	75

INTRODUÇÃO

A inclusão de alimentos oriundos de agricultores familiares na alimentação escolar busca resgatar a cultura alimentar regional e fortalecer a agricultura local. O estímulo foi estipulado na Lei 11.947 em 2009 perante a obrigatoriedade da compra de itens de agricultores familiares, utilizando no mínimo 30% da verba destinada a alimentação escolar, porém ainda há alguns percalços no seguimento dessa legislação em alguns municípios⁽¹⁾.

O despertar para o estudo ocorreu após o ingresso da pesquisadora como nutricionista na área de alimentação escolar, frente a complexidade do trabalho do nutricionista na saúde pública e a responsabilidade pela segurança alimentar e nutricional no âmbito escolar. Dentre as responsabilidades assumidas, a presença da agricultura familiar na alimentação escolar, a interação com agricultores familiares e a inclusão de itens oriundos da agricultura familiar preferencialmente local, sempre foi tema instigante e no âmbito do interesse da pesquisadora. Entretanto, a realidade negativa e desafiadora encontrada para aquisição de itens da agricultura familiar no município, impulsionou a necessidade de entender quais os entraves e as possíveis potencialidades para realizar esta modalidade de compra institucional.

A compra direta da agricultura familiar da região possibilita confecção de cardápios com alimentos mais próximos ao hábito alimentar local sem precisar buscar alimentos em outras regiões ou estados, também permeia a valorização do agricultor e da produção local, ampliando o poder de comércio dos próprios moradores da cidade e da região⁽¹⁻³⁾. Além do mais, o contato direto agricultor-escola pode possibilitar aos alunos conhecer por quem, onde e como funciona o processo de cultivo e colheita dos alimentos oferecidos na escola, incentivando o consumo desses alimentos^(1,4).

A disponibilidade de alimentos mais naturais, frescos, ricos em nutrientes e de uso habitual pela culinária local na alimentação escolar potencializa a ação da educação alimentar e nutricional, promovendo os circuitos curtos de comercialização de alimentos e o consumo saudável e sustentável, desta forma enriquecendo o prato do aluno e ensinando, visto que a alimentação escolar atua também como formadora de hábitos alimentares^(4,5).

Porém, apesar da compra direta ser estimulada por políticas governamentais e estabelecido um percentual mínimo de compra desde 2009 no artigo 14 da Lei 11.947, alguns municípios deparam com dificuldades em relação ao planejamento ou execução da legislação, não conseguindo o atendimento à legislação⁽¹⁾. Em contra partida, estudos mostram que nos municípios que obtiveram êxito na compra, houve valorização dos produtos agrícolas locais potencializando a produtividade, variedade e consumo de alimentos mais saudáveis⁽⁵⁾.

Alguns impasses encontrados ao executar a legislação são burocracia, logística de entrega, produção agrícola local insuficiente, falta de pro-atividade e informalidade dos agricultores, empenho dos gestores sociais, o despreparo dos envolvidos, até mesmo o tamanho populacional do município e mesmo o baixo valor estipulado como teto para a compra de cada agricultor remetem a entraves que levam ao não cumprimento da lei^(1,6,7).

A dispensa de processo licitatório e a adoção do processo de chamada pública no intuito de facilitar a aquisição da agricultura familiar não foi o suficiente para sanar os problemas para realizar a compra. Se a gestão municipal não estiver familiarizada com a legislação os entraves aumentam, portanto é necessária uma interligação entre as secretarias do município e a participação social^(5,7).

De acordo com os valores repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação (FNDE) e os valores utilizados para compras da agricultura familiar em 2017, 51% dos municípios brasileiros não atingiram a porcentagem proposta pela legislação, no estado de São Paulo 63% dos municípios não atenderam também a porcentagem estipulada, sendo que entre esses que não atingiram, 30% dos quais não realizou aquisição alguma desta categoria⁽⁸⁾.

O município do estudo, atualmente, não realiza a aquisição de itens da agricultura familiar para inclusão na alimentação escolar pública. Vale ressaltar que a cana-de-açúcar equivale a maior parte de plantio do município, mas ainda há produtores de hortaliças (olericultura) entre os pequenos e médios agricultores do município e na região⁽⁹⁾ que participam do abastecimento destes itens em mercados e feiras livres, mesmo que em menor escala em comparação aos produtos oriundos das centrais de distribuição para abastecimento ao município.

Reconhecendo a importância da oferta de alimentos locais e a necessidade do fortalecimento da agricultura local, se fez necessário conhecer as potencialidades e as dificuldades do atual cenário das compras institucionais no município para atendimento da Lei 11.947. Isso no sentido de aprofundar as pesquisas e buscar evidências quanto à viabilidade das compras institucionais em condições aparentemente adversas.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Caracterizar o cenário local com o propósito de avaliar as potencialidades e entraves para o fornecimento de frutas, legumes e verduras (FLV) de produção da agricultura familiar local para alimentação escolar da rede pública de ensino de um município do centro-oeste paulista

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar a política, produção agrícola e compras institucionais no município para alimentação escolar;
- Caracterizar do abastecimento local de FLV junto ao comércio local;
- Conhecer a percepção de gestores, agricultores e comerciantes quanto ao potencial dos produtores locais para fornecimento de FLV à alimentação escolar.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 SISTEMAS ALIMENTARES

Os sistemas alimentares englobam os recursos dispendidos durante a plantação, colheita, venda, distribuição até preparo, consumo e desperdício do alimento que foi semeado ou obtido. Os sistemas envolvem distintas cadeias de comercialização, podendo ser complexas (circuitos longos) ou simples (circuitos curtos)^(2,10).

As cadeias complexas são marcadas por longos circuitos de comercialização, ou seja, os processos que fazem com que o alimento leve um certo tempo até chegar na mesa do consumidor (como em produções de larga escala e internacionalização de produtos) prejudicando os componentes nutricionais dos alimentos e sendo necessário recursos como aditivos químicos ou industrialização para aumentar a durabilidade do produto, além de uso de fertilizantes e o esgotamento do solo^(2,11,12).

Já as cadeias simples envolvem circuitos curtos de comercialização, os alimentos são produzidos próximos ao consumidor, podendo o consumidor adquirir os produtos diretamente como produtor (compra direta) como no caso de feiras ou através de um único intermediador (compra indireta) em quitandas, mercearias e mercados que compram diretamente do produtor. As opções de alimentos são mais saudáveis e seguros, reduzindo tempo de distribuição, uso de aditivos químicos, perdas nutricionais dos alimentos e fortalecendo a atividade agrícola da região^(2,13).

A qualidade dos produtos consumidos influencia a saúde e o bem-estar população de tal forma que desarranjos no sistema podem ocasionar problemas globais como obesidade (excesso de alimentos industrializados), subnutrição (escassez de alimentos em quantidade ou qualidade) ou até mesmo o esgotamento de recursos naturais como a exaustão do solo devido produção em massa de monoculturas e uso de químicos para aumentar a produção⁽¹⁰⁾.

Com a população mundial em crescimento, a produção de alimentos cresce em conjunto e uma alternativa para manter a disponibilidade de alimentos de qualidade é a adoção de práticas de agricultura sustentáveis, buscando minimizar os possíveis desarranjos provenientes da produção⁽¹⁰⁾.

Como incentivo a aquisição de itens produzidos localmente, favorecendo menor percurso de comercialização, políticas públicas são instauradas afim de valorizar os produtores locais e a comercialização de seus produtos, como no caso da obrigatoriedade de aquisição de alimentos oriundos de agricultores familiares para oferta aos alunos contemplados pela alimentação escolar^(14,15).

3.2 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, ALÉM DO COMER

A formação do hábito alimentar se inicia na gestação, através dos nutrientes ingeridos pela mãe e continua durante a infância, se moldando conforme o avançar da idade da criança, influenciada, entre outros fatores, pela família, amigos e também pela escola⁽¹⁶⁾.

A escola é um lugar de contínuo aprendizado, auxiliando a criança a se tornar autônoma em suas escolhas, e por isso é ambiente privilegiado para construção de bons hábitos alimentares, incentivando desde a primeira infância até a adolescência por meio de ações de educação alimentar e nutricional, bem como oferta de alimentos saudáveis^(17,18).

Portanto, durante a formação dos hábitos alimentares é importante ofertar alimentos saudáveis como incentivo ao seu consumo, para que quando chegue na fase adulta permaneça com bons hábitos alimentares. Uma alimentação adequada durante a fase de crescimento contribui no rendimento escolar e pode prevenir doenças na vida adulta como doenças cardiovasculares e obesidade⁽¹⁶⁾.

Segundo os dados de 2014 da Organização Mundial da Saúde – OMS⁽¹⁹⁾, cerca de 42 milhões de crianças com menos de cinco anos de idade apresentavam excesso de peso e, em consonância a essa transição nutricional vivenciada, o Programa de Alimentação Escolar (PNAE) objetiva também contribuir para formação de hábitos alimentares saudáveis⁽²⁰⁾.

Além da oferta e incentivo ao consumo de alimentação saudável, na alimentação escolar, o aluno tem a possibilidade de consumir alimentos produzidos na região, por vezes, produzidos por moradores do próprio município, incentivando o consumo

sustentável, circulação monetária dentro do próprio município e minimizando os circuitos de comercialização dos produtos⁽²¹⁻²³⁾.

3.3 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Alimentação escolar são todos alimentos oferecidos ao aluno durante permanência na escola em período letivo⁽²⁴⁾. O caminho da alimentação escolar no Brasil iniciou-se em meados de 1925 com as “caixas escolares”, que eram doações da população e de fundos arrecadados por eventos realizados, afim de oferecer um prato ao aluno garantindo a assiduidade dos mais pobres⁽²⁵⁾.

Em 1955 instituiu-se oficialmente a “Campanha da Merenda Escolar”. Origem do nome “merenda” que caracteriza informalmente o programa até o atual momento. Os alimentos principais oferecidos eram leite em pó, farinha, paçoca e sopas industrializadas. Em 1979, o programa passou a ser chamado “Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE” estabelecendo mudanças na oferta de alimentos aos alunos, o programa vigora até os dias de hoje, porém sempre atualizando legislação que o rege^(26,27).

A estruturação do programa ao longo dos anos consolidou um laço entre o alimento e a escola, tornando a alimentação escolar um direito, acesso ao alimento e ao nutriente, sob a ótica da Segurança Alimentar e Nutricional –SAN⁽²⁸⁾. A merenda passou a ser alimentação, deixou de atuar apenas em caráter assistencial, mas também comensal, um direito de todos alunos da rede pública não só dos menos favorecidos⁽²⁹⁾.

O PNAE garante a alimentação escolar aos alunos em todas etapas do ensino público além de ações de educação alimentar e nutricional. É gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento em Educação (FNDE), que repassa verba suplementar do Governo Federal aos estados, municípios e Distrito Federal, afim de que realizem a aquisição de itens alimentícios para oferecer refeições diárias que contemplem as necessidades nutricionais dos alunos durante a permanência na escola^(27,30).

O valor de repasse da União a estados e municípios é calculado com base no número *per capita* de alunos do Censo Escolar do ano anterior para duzentos dias

letivos, considerando também a etapa de ensino e tempo de permanência em âmbito escolar (Quadro 1). O funcionamento do programa é fiscalizado pelos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público⁽²⁷⁾.

Quadro 1. Repasse per capita a estados e municípios por dia letivo

ETAPA E MODALIDADE DE ENSINO	VALOR (EM REAIS)
Creches	R\$ 1,07
Pré-Escola	R\$ 0,53
Escolas Indígenas e Quilombolas	R\$ 0,64
Ensino Fundamental e Médio	R\$ 0,36
Educação de Jovens e Adultos	R\$ 0,32
Ensino Integral	R\$ 1,07
Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral	R\$ 2,00
Atendimento Educacional Especializado no Contraturno	R\$ 0,53

Fonte: FNDE⁽²⁰⁾

O cardápio oferecido deve ser formulado por um nutricionista e contemplar valores nutricionais de acordo a modalidade de ensino e tempo de permanência na escola, representando 20 a 30% das necessidades nutricionais para alunos que frequentam período regular e 70% para os que frequentam em o período integral. Ainda, os alimentos que compõem o cardápio devem promover a alimentação saudável, respeitar os cultura alimentar local e também considerar a sustentabilidade e a diversidade da produção agrícola da região^(24,31).

Deve-se incluir no cardápio alimentos da vocação agrícola local, respeitando a sazonalidade dos itens, para tal é necessário conhecer a produção local e a dinâmica dos agricultores da região, realizar parcerias entre as secretarias do município com técnicos de assistência aos agricultores familiares do município^(20,31).

Desde 2009, há incentivo para o desenvolvimento da agricultura familiar, com a Lei 11.947, instituindo que, obrigatoriamente, 30% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE ao PNAE se destinem a compra institucional de itens advindos da agricultura familiar, preferencialmente locais, afim de promover circuitos curtos de comércio^(24,27,32).

Para facilitar a compra institucional de itens da agricultura familiar o município pode optar pela dispensa do processo licitatório, adotando-se a chamada pública. A entidade executora deve apresentar já no edital o valor compatível com os valores do mercado similar local e os itens alimentícios devem atender a qualidade e as legislações referentes, facilitando a visualização e o entendimento das vantagens financeiras para o agricultor familiar e suas possibilidades antes que o mesmo se proponha a fornecer^(20,33).

O agricultor é caracterizado com a modalidade familiar quando a propriedade rural possua área menor do que 4 (quatro) módulos fiscais¹, utilize, predominantemente, mão-de-obra dos familiares e obtenha uma renda percentual mínima originada deste estabelecimento ou empreendimento, se encaixando também indígenas, quilombola, assentados da reforma agrária, silvicultores, extrativistas, pescadores e aquicultores nessa caracterização⁽³⁴⁾.

A agricultura familiar inclui as atividades agrícolas de base familiar, se distinguindo da agricultura não familiar pela dinâmica não patronal, gerenciamento da produção como fonte de renda principal e relação próxima da terra, do alimento, da produção, o tipo de trabalho e moradia. Envolve também o social, cultural, econômico e ambiental da região, vincula a segurança alimentar, preservação da tradição alimentar, promoção da alimentação sustentável, além de impulsionar a economia local^(35,36).

Para poder se candidatar a venda dos produtos para a alimentação escolar, o agricultor precisa se enquadrar nos requisitos exigidos para obtenção da Declaração de Aptidão ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (DAP), documento identifica como agricultor familiar oficialmente e através dele, o agricultor tem acesso a outras políticas públicas específicas para sua modalidade. Pode ser obtido como pessoa física (individual) ou por pessoa jurídica (empreendimentos familiares rurais), em entidades e órgãos públicos de forma gratuita⁽³⁵⁾.

A obrigatoriedade da compra de agricultores ressalva-se quando: não for possível emissão do documento fiscal correspondente; os agricultores não conseguirem fornecer os alimentos de forma regular e constante mesmo que estando

¹Unidade de medida em hectares de valor fixado para cada município de acordo com especificações pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No Brasil, o módulo fiscal varia entre 5 a 110 hectares.

na safra do produto; más condições higiênico-sanitárias dos fornecedores em relação a produção e distribuição, todas as situações deverão ser esclarecidas e comprovadas no momento da prestação de contas ao PNAE⁽³⁷⁾.

O PNAE almeja com ações de educação alimentar e nutricional, em consonância a oferta de alimentos saudáveis, estimular o consumo destes também fora da escola, podendo vir a contribuir para inserção de um alimento na alimentação da família⁽²²⁾. Novos hábitos alimentares e a escolha de compra mais criteriosa da população, preferindo alimentos mais frescos e naturais, causam impactos tanto no cultivo como na distribuição de produtos hortifrútiis, causando mudanças significativamente positivas no setor agrícola⁽³⁸⁾.

3.4 ENTRAVES PARA O ATENDIMENTO A LEGISLAÇÃO

O estímulo a compra de itens da agricultura familiar pela alimentação escolar está em vigência há alguns anos, porém segundo os dados dos valores repassados pelo FNDE e dos valores utilizados para compras da agricultura familiar em 2015, 56% dos municípios brasileiros não atingiram a porcentagem proposta pela legislação, no estado de São Paulo 76% dos municípios não atenderam, sendo que 39% do estado ficou sem aquisição alguma desta modalidade⁽⁸⁾.

Os empecilhos mais citados por gestores em relação aos agricultores que contribuem para a não realização da compra são: a falta de documentação do agricultor, dificuldade na logística de entregas, falta de pro-atividade e interesse dos agricultores para participar do processo de compra e até mesmo o baixo valor estipulado como teto para a compra de cada agricultor⁽⁵⁻⁷⁾.

Se a gestão municipal não estiver familiarizada com a legislação os entraves aumentam como mostram os estudos de Libermann & Bertolini⁽³⁹⁾ e Triches⁽⁵⁾ para o desenvolvimento da ação há necessidade conhecer as particularidades da modalidade de aquisição, realizar o planejamento da compra, saber o que é produzido na região, precisando de uma interligação entre as secretarias do município e os agricultores do município.

O funcionamento inadequado do CAE também influencia negativamente para o cumprimento da compra da agricultura familiar, já que os conselhos devem supervisionar também a origem dos alimentos⁽¹⁾. Outro fator que também aparece

como dificuldade, conforme Paschoalino e Ferrante⁽⁴⁰⁾, é a desconfiança dos produtores com órgãos públicos, quando há ranhuras na reputação da gestão municipal os agricultores temem a relação com o ente público, podendo a relação demorar para se reestabelecer.

.....

4. MÉTODO

Tratar-se-ia de um estudo exploratório, com abordagem predominantemente qualitativa, com aproximação à pesquisa participativa. Os métodos completam-se para melhor compreensão das informações obtidas, fortificando o estudo e minimizando os vieses⁽⁴¹⁾. O estudo foi dividido em duas fases de execução, sendo a primeira fase de abordagem predominantemente quantitativa (FASE I) e a segunda fase de abordagem qualitativa (FASE II).

A pesquisa quantitativa busca o raciocínio dedutivo, a lógica e atributos mensuráveis, fazendo uso de instrumentos formais para coleta sistemática e análise de informações mediante processos estatísticos⁽⁴²⁾. A abordagem qualitativa busca conhecer questões particulares do indivíduo, preocupando-se com um universo de significados, motivos, valores e atitudes que não podem ser quantificados em números de análise⁽⁴³⁾.

O projeto foi enviado para o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina de Botucatu/UNESP e aprovado sob CAAE nº 88198618.4.0000.5411. O termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice A) foi assinado por todos os participantes.

4.1 FASE I - PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO

4.1.1 Local e cenários do estudo

A pesquisa foi realizada em um município, com população entre 100 e 150 mil habitantes, com área aproximada de 700 km², com índice de desenvolvimento humano municipal compatível com a média do Estado. Tem importante atividade industrial não alimentícia, com destaque para a indústria canieira.

Os dados referentes à produção e abastecimento de hortifrúti foram de ordem documental, obtidos em sites de domínios públicos e institucionais, bem como levantamento de campo por meio de visitas nos departamentos públicos, nos mercados, minimercados e quitandas que comercializam FLV e com feirantes que comercializam seus próprios produtos, FLV produzidos no município.

4.1.2 Levantamento de dados

Foram pesquisados sites de domínio público (ministério público, secretarias de educação e agricultura, site oficial do município, organizações, entre outros), dados da Secretaria Municipal da Agricultura (SMA), Casa da Agricultura (CA) e Cooperativas e Associações do município. Foram incluídos sites de domínio público e institucionais, que não necessitem de autorização para utilização dos dados. Essas informações levantadas permitiram realizar uma análise descritiva do município no contexto das políticas para a agricultura familiar e as compras institucionais.

Os dados referentes ao abastecimento do município foram coletados por meio de levantamentos nos estabelecimentos comerciais (mercados, minimercados e quitandas) e feira livre, quanto à quantidade em volume de itens vendidos semanalmente e à procedência dos mesmos, bem como foram levantadas as facilidades e dificuldades enfrentadas ao comprar/vender itens da agricultura local. Para escolha dos estabelecimentos comerciais a serem visitados, utilizou-se uma lista disponibilizada pela Vigilância Sanitária do município e também foi empreendida uma busca em lista telefônica e por indicações de funcionários públicos quanto à existência de cooperativas e sindicatos voltados à agricultura familiar com vistas a caracterização do cenário dessa prática.

A coleta de dados entre os feirantes foi realizada por meio de visitas às feiras livres que acontecem na cidade, identificadas pelo nome e numeração da barraca, obtidos previamente na Secretaria Municipal da Agricultura e com a colaboração do fiscal da feira livre.

Foram incluídos na pesquisa os departamentos públicos do município que autorizaram a realização da pesquisa (Secretarias municipais de Educação, Assistência Social e Agricultura e a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo - CATI) mediante autorização do gestor municipal do departamento e do *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* – TCLE (Apêndice A). Foram incluídos os estabelecimentos que comercializam FLV e feirantes que produzam os FLV comercializados na feira livre municipal que aceitaram participar da pesquisa mediante assinatura do *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* – TCLE.

4.1.3 Instrumentos de Pesquisa

Os dados nos estabelecimentos comerciais foram coletados por meio de formulário (Apêndice B) preenchido pela pesquisadora. As informações coletadas foram: itens do hortifrúti vendidos (sendo tomados como base já adquiridos pela Alimentação Escolar do Município e itens como em potencial para o fornecimento (indicados pela Casa de Agricultura), quantidade vendida em quilogramas (kg) considerando a sazonalidade do produto de acordo com a tabela disponibilizada pela *Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP*, origem do produto (produtor da agricultura local² ou outra procedência). Foi ainda levantada a questão: *“Quais as facilidades e dificuldades da compra/venda da agricultura local?”* ao final do formulário, as respostas foram transcritas logo após a coleta para evitar a perda de dados. Todos os dados coletados foram transcritos e armazenados em tabelas EXCEL.

4.1.4 Análises dos Dados

Para estimativa do volume comercializado por cada estabelecimento, foi obtida a média dos dados de comercialização de hortifrúti informados em quantidade por quilo, unidade ou maço na safra e na entressafra (levando em consideração com máximo quando há maior venda de itens e como mínimo quando há pouca venda do item). Os dados foram expressos pela média e percentual por tipo de estabelecimento. Para estimativa da demanda de hortifrúti na alimentação escolar foi utilizado os volumes indicados no último edital de licitação. Para estimativa da oferta foram considerados os 67% dos agricultores que vendem seus produtos na feira, os quais participaram da pesquisa.

4.2 FASE II – PERCEPÇÃO DE GESTORES E AGRICULTORES

²Agricultura Local significa agricultores (as) pequenos e médios, sabidamente locais, que produzem frutas, legumes e verduras no município estudado e comercializam nos estabelecimentos visitados, com grandes chances de serem ou se tornarem produtores (as) da agricultura familiar com potencial para abastecer a alimentação escolar local.

4.2.1. Levantamento de Dados

Foi realizada uma reunião grupal com os gestores e/ou seus representantes e técnicos assistenciais, onde foi aplicada a Matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), com questão disparadora da discussão quanto às percepções do grupo sobre os aspectos que facilitam e que dificultam a compra da agricultura familiar no município.

O encontro com os gestores foi gravado em áudio, sabendo-se que este processo não apresenta reação de contra referência pois após alguns instantes os participantes acostumam com a presença do equipamento, retornando a sentirem-se confortáveis, deste modo podendo ser transcrito fielmente, sem oscilações afetivas, todas as palavras, frases e entonações de voz⁽⁴⁴⁾.

A entrevista com os agricultores foi registrada pela própria pesquisadora no questionário de perguntas.

Aos agricultores locais foi proposta inicialmente também a reunião grupal, entretanto apenas um dos agricultores convidados compareceu à reunião, portanto, para a obtenção das informações desses atores adotou-se como estratégia a realização de entrevista individual com quatro questões abertas (Apêndice C).

4.2.2. Sujeitos da Pesquisa

Foram convidados gestores do município envolvidos na compra institucional do PNAE, sendo da Secretaria Municipal da Agricultura, Secretaria Municipal da Educação (Departamento de Compras e Licitação, Setor de Alimentação Escolar e Conselho de Alimentação Escolar - CAE); setores de assistências técnicas (Casa da Agricultura) e os agricultores locais, que aceitaram participar do estudo, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e que possuíam disponibilidade para participar da reunião em grupo. Os gestores puderam indicar outra pessoa do mesmo departamento para representa-los.

Os agricultores foram recrutados via telefone a partir dos registros dos departamentos público locais (Casa da Agricultura e Secretaria da Agricultura) e convite direto na feira livre. Foram distribuídos ao todo 60 convites. Na segunda

tentativa da coleta de dados, após o não comparecimento na reunião, foram convidados a participar individualmente de uma única entrevista cada.

4.2.3 Instrumentos de Pesquisa

Para a reunião em grupo foi adotada a matriz FOFA, que se caracteriza como uma ferramenta semiestruturada. Voltando-se ao contexto da compra da agricultura familiar no município, a questão disparadora foi: *Este é um dos municípios paulistas que não atende a Lei 11.947, já que não instituiu a compra da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): Quais os desafios e as facilidades para que isso aconteça?*

A matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) é uma ferramenta de análise utilizada para identificar a situação atual de um cenário auxiliando em planejamentos estratégicos resolutivos. Esquematizada em quadrantes, em cada quadrado é registrada uma das variáveis forças, oportunidades, fraquezas e ameaças, busca desta forma avaliar o cenário em âmbito externo e interno^(45,46).

O ambiente interno se refere a forças e fraquezas, pontos de total alcance dos envolvidos, sendo forças os pontos positivos que devem ser potencializados para minimizar os pontos negativos – fraquezas. O ambiente externo se refere a oportunidades e ameaças, são fatores que não dependem dos participantes mas que influenciam diretamente no desempenho da ação, as oportunidades devem ser avaliadas visando o crescimento e estabilização, já as ameaças são situações que dificultam a ação^(45,46).

Após o preenchimento dos quadrantes pelos participantes, foi realizado o “FOFA COMO”, onde os participantes formaram propostas de como maximizar os pontos positivos afim de minimizar ou neutralizar os pontos negativos contidos nas ameaças e fraquezas mencionadas.

A reunião contou com número restrito de participantes, para possibilitar que os participantes conversassem entre si, expondo pontos de vista, experiências e análises críticas, buscando um consenso entre os participantes. Para possibilitar a posterior transcrição fidedigna realizada pela própria autora, a reunião foi gravada, afim de registrar na íntegra os discursos dos participantes.

4.3.4 Análise dos Resultados

Foi utilizada a Análise Temática de Conteúdo com base em Bardin⁽⁴⁷⁾, no entanto as categorias de análise foram pré-estabelecidas a partir do questionário e da FOFA (forças, oportunidades, fraquezas e ameaças), conforme cada grupo de sujeitos da pesquisa. Bardin⁽⁴⁷⁾ define a análise como um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens, teremos como meta a interpretação dos discursos que serão categorizados.

Nas leituras flutuantes foi buscado sistematizar as falas a partir de núcleos de sentido. Trechos selecionados das falas foram reproduzidos nos como citação nos resultados e os atores indicados por letras e números (F=feirante; E=gestor da educação; A=gestor da agricultura; Q=informante de quitanda; M=informante de minimercado; S=informante de supermercado).

Como referencial teórico adotou-se a comparação com estudos semelhantes a esta pesquisa, provindos de autores de áreas afins.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. POLÍTICAS AGRÍCOLA E DE COMPRAS INSTITUCIONAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO

A alimentação escolar neste município é oferecida a cerca de 23 mil alunos, 30 mil refeições diárias, em 72 unidades escolares municipais, estaduais e filantrópicas⁽⁴⁸⁾. No ano de 2017 foi destinado ao município verba de R\$ 2.259.548,00 para compra de alimentação escolar, porém não houve destinação de nenhuma porcentagem desse valor para compra de itens da agricultura familiar⁽⁸⁾.

Segundo o site da prefeitura do município houve apenas abertura para chamada pública da agricultura familiar para alimentação escolar em 2011, e desde então não se registraram novas aberturas deste tipo de edital. Atualmente o município adquire os alimentos hortifrútiis por processo licitatório de empresa de distribuição, o último edital consta data de 2017, depois disso, houve renovação de contrato.

No município há mais de 59 mil hectares de área rural cadastrada, totalizando 1032 imóveis rurais, destes 75,5% possuem menos de 4 módulos fiscais, possibilitando atividade da agricultura familiar⁽⁴⁹⁾. A cana-de-açúcar é a cultura agrícola predominante, correspondendo a 95% das plantações, seguido por café, milho e soja, entretanto, há uma pequena parcela de produção de olericultura, que acredita-se ser cultivada por médios e pequenos agricultores locais que fornecem para a cidade⁽⁹⁾.

Com 30% da verba destinada pelo FNDE para compra de alimentos da agricultura familiar, considerando o valor de R\$ 677.864,40 de acordo com a verba recebida em 2017, seria possível participar do processo de chamada pública 33 agricultores com o limite de R\$ 20.000,00 por ano para cada agricultor e mais 1 agricultor com o teto de R\$ 17.864,40 por ano.

O censo agropecuário de 2006 refere 348 agricultores cadastrados no município, sendo 49,7% de atividade familiar⁽⁵⁰⁾, entretanto, no Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, há 60 DAP físicas cadastradas ao todo, e o número de declarações em atividade regrediu ao longo do acompanhamento do estudo, sendo que inicialmente eram 32 e quinze meses após, esse número foi reduzido a 11 declarações ativas⁽⁵¹⁾.

Há cadastro apenas de uma DAP jurídica no município que pertence a uma cooperativa central de agricultores familiares, que abrange cooperativas de todo o estado, entretanto não há cooperativa ou associação do município de estudo. A única DAP jurídica registrada do município está bloqueada e permaneceu bloqueada pela maior parte do tempo da realização desta pesquisa, pois pelo menos uma das entidades associadas está com menos de 60% dos sócios com DAP, na última verificação da situação documental, a DAP jurídica constou como expirada⁽⁵¹⁾.

Em busca de associações e cooperativas do município que abrangessem agricultores familiares, encontramos quatro filiações, sendo a já mencionada Cooperativa Central de Agricultores Familiares que consta como expirada no momento, as demais filiações são: Sindicato Rural que possui 210 associados do município e região, Cooperativa do Café que possui 40 cooperados do município e região, a Associação dos Plantadores de Cana, que possui 900 associados do município e região. Contudo não há distinção entre agricultores familiares e não-familiares em nenhuma destas três afiliações.

Não havia, até o momento do estudo, pelos órgãos municipais um controle qualitativo ou quantitativo do que é produzido pelos agricultores locais. Também não encontramos dados referente ao total de hortas comunitárias no município. Nos órgãos municipais relataram ter ouvido falar porém, por não serem de responsabilidade da prefeitura, não fazem o acompanhamento e não sabem se ainda existem este tipo de horta no município.

Há 3 hortas municipais em regiões diferentes do município, sendo funcionários públicos responsáveis pelo plantio sazonal, manutenção e venda dos itens a comunidade, os itens que estarão à venda são divulgados no site da prefeitura. Segundo a Secretaria Municipal de Agricultura (SMA), em 2017 foram produzidos mais de 30 mil quilos de verduras e legumes, gerando cerca de R\$ 46.000,00 (aproximadamente U\$ 11.331,18), esse valor foi recolhido aos cofres da prefeitura.

5.2. ABASTECIMENTO

5.2.1 Feirantes

A feira livre no município ocorre três vezes na semana, as sextas-feiras a noite e as quartas-feiras e domingos de manhã, recebe apoio da SMA e os próprios feirantes formaram uma associação própria. A SMA realiza o cadastro dos feirantes e os atualiza anualmente e a associação providencia os seguranças e targeta de preços. O fiscal da feira é contratado pela associação e faz o intermédio com a SMA em conjunto ao presidente da feira.

No cadastro da SMA há 47 comerciantes de FLV na feira, sendo 14 atravessadores e 33 produtores, destes 6 produtores são de outro município e 27 do município de estudo. Ao iniciar as visitas à feira, com auxílio do fiscal, foi possível identificar que dos 27 produtores locais, muitos pertenciam à mesma família, porém mais de um familiar realiza o cadastro para poderem aumentar a quantidade de banca disponível para a família, possibilitando apresentar mais produtos e vender mais.

Participaram desta fase da pesquisa 11 feirantes, cada um tinha até 3 familiares cadastros na SMA, não aceitaram participar 3 feirantes e 7 não foram entrevistados. Nem todos os feirantes participam das três feiras que ocorrem no município. Foi aplicado um formulário referente a produção e vendas semanais realizadas pelos feirantes, considerando a sazonalidade dos itens questionados, época de produção “que mais vende” e época de baixa produção “que menos vende” e realizada a questão “*Quais são as dificuldades e facilidades de vender itens da agricultura local?*”.

Dos feirantes que participaram vendiam em sua barraca legumes (91% n=10); verduras (82% n=9) e frutas (27% n=3), entretanto as verduras possuem a maior variedade de produtos (100% dos itens do formulário, n=6); a variedade de legumes foi de 38,5% (n=5) e frutas 36,4% (n=4). A figura 3 ilustra a venda dos hortifrúti

conforme a sazonalidade de produção relatada pelos agricultores que comercializam os seus produtos na feira livre do município.

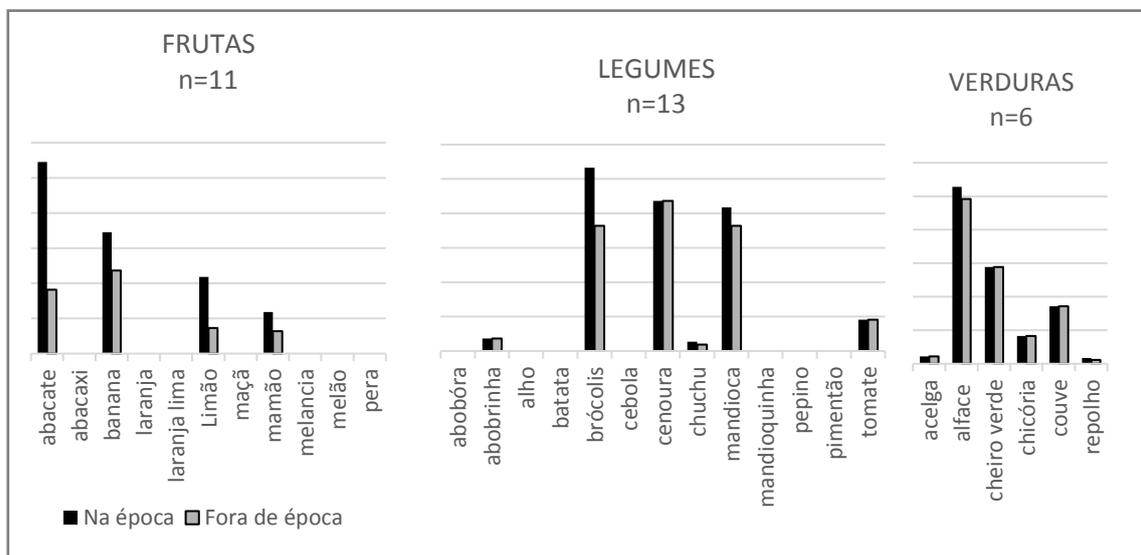


Figura 1. Venda média dos produtores de FLV que são feirantes locais ponderadas pela sazonalidade, município do centro-oeste paulista, 2019.

Além dos itens contidos no formulário (Apêndice B), os agricultores puderam relatar outros itens produzidos e que poderiam vir a ser ofertados na alimentação escolar como goiaba, rabanete, berinjela, agrião, espinafre, entre outros. Conhecer o que se é produzido na região e incluir na alimentação escolar possibilita que os agricultores locais participem das compras institucionais do município.

O quadro 2 traz em destaque os itens que ainda não são utilizados na alimentação escolar do município atualmente, mas que possuem potencial de atendimento local. Assim como nos demais itens, apesar de nem todos atingirem a quantidade total requisitada para a alimentação escolar, há possibilidade de atendimento parcial do solicitado, destacando que o volume levantado corresponde a uma estimativa de aproximadamente 67% do que é comercializado na feira por produtores locais. Não foram levantadas as vendas por ambulantes, em particular as peruas que vendem FLV nas residências e restaurantes, de produção própria ou revenda.

Quadro 2. Proporção entre necessidade semanal de frutas, legumes e verduras para atendimento a alimentação escolar e quantidade semanal vendida pelos produtores na feira, município do centro-oeste paulista, 2019.

Item	Medida	Necessidades para AEM**	Quantidade vendida na feira (informado por 67% dos produtores locais)	Possível atendimento AE
FRUTAS				
Abacaxi	UND	281	0	0%
Banana	Kg	2.250	160	7%
Laranja	Kg	619	0	0%
Laranja lima	Kg	113	0	0%
Maçã	Kg	1.688	0	0%
Mamão	Kg	300	50	17%
Manga*	Kg	244	80	33%
Melancia	Und	150	0	0%
Melão	Kg	188	0	0%
Pera	Kg	281	0	0%
Abacate ¹	Kg	0	200	-
Limão ¹	Kg	0	80	-
Goiaba ^{*1}	Kg	0	70	-
LEGUMES				
Abobrinha	Kg	225	20	9%
Alho	Kg	93	0	0%
Batata	Kg	66	0	0%
Beterraba¹	Kg	113	198	176%
Cebola	Kg	300	0	0%
Cenoura	Kg	281	240	85%
Chuchu	Kg	225	12.5	6%
Couve flor	Kg	150	112.5	75%
Mandioca	Kg	281	215	76%
Mandioquinha	Kg	150	0	0%
Pepino	Kg	281	0	0%
Pimentão	Kg	75	0	0%
Tomate	Kg	506	50	10%
Abóbora*	Kg	0	0	-
Berinjela ^{*1}	Kg	0	40	-
Brócolis ^{*1}	Und	0	246.5	-
Jiló ^{*1}	Kg	0	100	-
Quiabo ^{*1}	Kg	0	150	-
Rabanete ^{*1}	Kg	0	134	-
VERDURAS				
Alface	Unid.	338	2806	831%
Cheiro verde	Unid.	159	1587	996%
Chicória	Unid.	225	455	202%
Repolho	Kg	263	80	30%
Acelga*	Kg	0	120	-
Agrião ^{*1}	Kg	0	190	-
Almeirão* ¹	Kg	0	312	-
Couve*	Mç	0	946	-
Espinafre ^{*1}	Kg	0	168	-
Rúcula ^{*1}	Kg	0	390	-

Kg: quilogramas; UND: unidade; AL: Agricultura Local; AEM: Alimentação Escolar Municipal; *Itens que não constavam no formulário; ¹Itens não utilizados na AE atualmente; **Dados obtidos no edital de licitação mais recente do município, dividido por 10 meses letivos e 4 semanas por mês.

Como observado no quadro 2, quase toda a demanda de verduras poderia ser suprida com itens dos agricultores locais, além de também ser possível incluir outras variedades produzidas na região, aumentando a gama de itens a serem incluídos no cotidiano dos alunos, incentivando a inclusão no hábito alimentar.

Apesar de não ser possível o atendimento em maior parte dos itens de frutas e legumes, alguns itens poderiam atender uma pequena parcela da necessidade, estimulando o cultivo do alimento pelos produtores locais. Assim como ocorre com as verduras, há também outras variedades de frutas e legumes que apresentam potencial para fornecimento para a alimentação escolar do município.

Os dados relativos ao abastecimento do mercado do município em estudo pela agricultura familiar refletem um cenário típico de um município tomado pela indústria canavieira. Antes da cana as culturas da região eram mais diversificadas, plantava-se café, milho, feijão, arroz, algodão. Havia mais hortas para o abastecimento local. Os proprietários venderam ou arrendaram suas terras em prol da especialização regional. As áreas rurais foram sendo desabitadas e a cidade cresceu. Os pequenos agricultores que permaneceram estão desassistidos, dado que as demais culturas perderam o interesse e valor de mercado. Situação semelhante foi discutida por Shikida e Souza⁽⁵²⁾ na análise que fizeram da cidade Gaúcha no Paraná.

Nesse caso, um projeto de governo municipal que privilegiasse as compras institucionais poderia surgir como alternativa para a revitalização das atividades de pequenos agricultores.

5.2.1.1 Percepções dos feirantes

Quando indagados quanto “*Quais as facilidades e dificuldades da venda de produtos da agricultura local?*”, os agricultores que vendem seus itens na feira do município relataram que facilidade é poder vender aquilo que eles plantaram, cultivaram e colheram, sem preocupação de prazos e quantidades a cumprir. Muitos relataram não haver dificuldades com a venda, os que relataram as dificuldades tenderam a condições econômicas, climáticas e burocráticas.

“Não acho que tem dificuldade não. A facilidade é isso aí ó, você planta, colhe, se tem pra vender, você vende” (F4).

Existe demanda local para a produção dos agricultores que persistiram no campo. Embora a venda para a alimentação escolar tenha as suas vantagens, a facilidade de venda acomoda-o nas vendas na feira. Não ter o que vender pode ser um problema mais importante do que não ter quem compre.

A condição climática foi mencionada em três vertentes: no plantio, na determinação de preços e na venda da feira. No momento do cultivo interfere no manejo da terra e cuidados dispendidos, conseqüentemente quando há necessidade de mais insumos para a produção o produto encarece, volatilizando o preço final de venda. Condição climática desfavorável no momento da venda, além de assolar o produtor que enfrenta a madrugada para estar presente na feira livre, reduz a movimentação de compradores.

“[...]Difícil é acordar as 4...5 horas da manhã pra arrumar tudo e vir pra cá. Você vê, não tem proteção, a gente pega todo o frio nas costas, até o freguês prefere comprar no mercado que do vir aqui passar frio, no calor não, todo mundo quer sair de casa [...]” (F2).

“A maior dificuldade é a variação de preço dos itens, um dia está alto e bom para o produtor, no outro por causa da mudança do clima gasta mais pra produzir, aí tem que subir o valor do produto, mas se subir muito o pessoal não compra, aí tem que jogar tudo fora...” (F6).

A dificuldade econômica da população também foi argumentada como dificuldade para a venda, com o baixo poder aquisitivo os consumidores compram menos e buscam itens mais baratos. A competição de preços com os supermercados também foi outro fator apontado, lojas varejistas maiores adquirem produtos em grandes quantidades a um valor abaixo do mercado e conseguem repassar ao consumidor com valores mais atrativos e desleais aos pequenos produtores convencionais.

“[...] dificuldade é a falta de dinheiro do pessoal, tá todo mundo sem dinheiro, aí fica difícil [...]” (F1).

“O complicado é conseguir competir com os preços dos mercados, é desleal. Agora com o frio, a produção acaba precisando de mais cuidado, tem produto que não vai pra frente, aí chega no mercado os produtos estão mais baratos que o nosso porque eles compram de gente com grande estrutura e que vende em grande quantidade, aí dá pra fazer mais barato. A gente não consegue fazer tudo isso, aí os freguês compram no mercado” (F3).

Embora exista demanda para os produtos locais nas feiras, os intemperes do clima e o grande mercado aparecem como ameaça aos produtores, quando passam a vislumbrar novos mercados. Qualificar o agricultor e desenvolver mercados tem sido o desafio para o enfrentamento da pobreza rural⁽¹⁵⁾.

Alternativas dos agricultores é não depender exclusivamente da venda da feira livre, muitos fornecem para mercados, quitandas e restaurantes do município e região, para garantir uma renda complementar. Foi apontado a dificuldade de se inserir como fornecedor destes estabelecimentos para os produtores iniciantes, já que há a fidelização os estabelecimentos mantém a cartela fechada de fornecedores.

“[...] o pessoal tem uns mercados pra distribuir além daqui e os mercados não abrem pros novos, [os mercados] já tem as pessoas certas, e por questão de confiança e amizade não trocam, é legal isso, mas prejudica quem é novo [...]” (F5).

A burocracia e o pouco apoio da prefeitura tanto para a feira quanto para as compras institucionais também foram mencionados. Apesar de muitos se mostrarem atraídos pela possibilidade de venda para a prefeitura, relatam dúvidas e algumas informações desencontradas.

“[...] então pra chegar e vender aqui tem que ter ficha lá na secretaria da agricultura, aí lá demora, esperei mais de 6 meses pra conseguir o ponto aqui, mas eu tive que ficar insistindo, indo atrás [...]” (F5).

“[...] pra vender pra prefeitura, é complicado, o difícil lá é esse tal de jurídico, dá última vez não deu certo por causa disso, deles mesmo, da prefeitura” (F1).

Apenas um dos agricultores entrevistados possuía a DAP, portanto, para que os agricultores locais se tornem de fato agricultores familiares aptos para fornecer os

produtos para os programas de políticas públicas, a assistência da gestão municipal para com os agricultores demandaria desde a retirada da documentação requisitada até apoio logístico e capacitações para os agricultores.

5.2.2. Supermercados, minimercados e quitandas

Para buscar os estabelecimentos que comercializam FLV no município, utilizamos dados fornecidos pelo departamento de Vigilância Sanitária (VISA) do município. Foram disponibilizadas três listas, duas de comércios varejistas de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios (1- minimercados, mercearias e armazéns e 2- supermercados), a terceira lista era referente a comércio varejista de hortifrutigranjeiros (quitandas).

Como haviam estabelecimentos que comercializam alimentos no geral, utilizamos como critério estabelecimentos que comercializam FLV, desta forma, obtivemos 108 estabelecimentos (31 supermercados, 64 minimercados e 13 quitandas). Foram realizadas visitas em 30% (n=32) dos estabelecimentos, sendo que destes, 26 estabelecimentos aceitaram participar da pesquisa (7 supermercados, 11 minimercados, e 8 quitandas).

Nos estabelecimentos foi aplicado o formulário de vendas semanais dos estabelecimentos (Apêndice B), considerando a sazonalidade dos itens questionados, sendo o período de maior de produção “que mais vende” e época de baixa produção “que menos vende” e a procedência “origem da compra” dos hortifrúteis. A partir dos dados coletados foi possível conhecer a origem dos hortifrúteis comercializados e a quantidade de acordo com a sazonalidade.

A Figura 2 mostra os dados ponderados pela sazonalidade através da média da época em que mais vende e a época em que menos vende, de acordo com a origem do alimento, se o item foi fornecido pelos produtores locais ou por outros fornecedores (produtores de outros municípios, Centrais de Abastecimento-CEASAS, atravessadores, grandes distribuidores), identificando assim o quanto a produção local abastece os estabelecimentos pesquisados.

As verduras são os itens de maior participação da agricultura local, sendo que os quatro principais itens representaram entre 20% a 60% das vendas (Figura 2). Os legumes aparecem em menor proporção, porém ainda há participação local na maioria dos itens pesquisados, com destaque para a mandioca. As frutas são os itens que menos são fornecidos por agricultores do município. Em questão de variedade deste item, destaca-se o fornecimento de abacate, banana e limão.

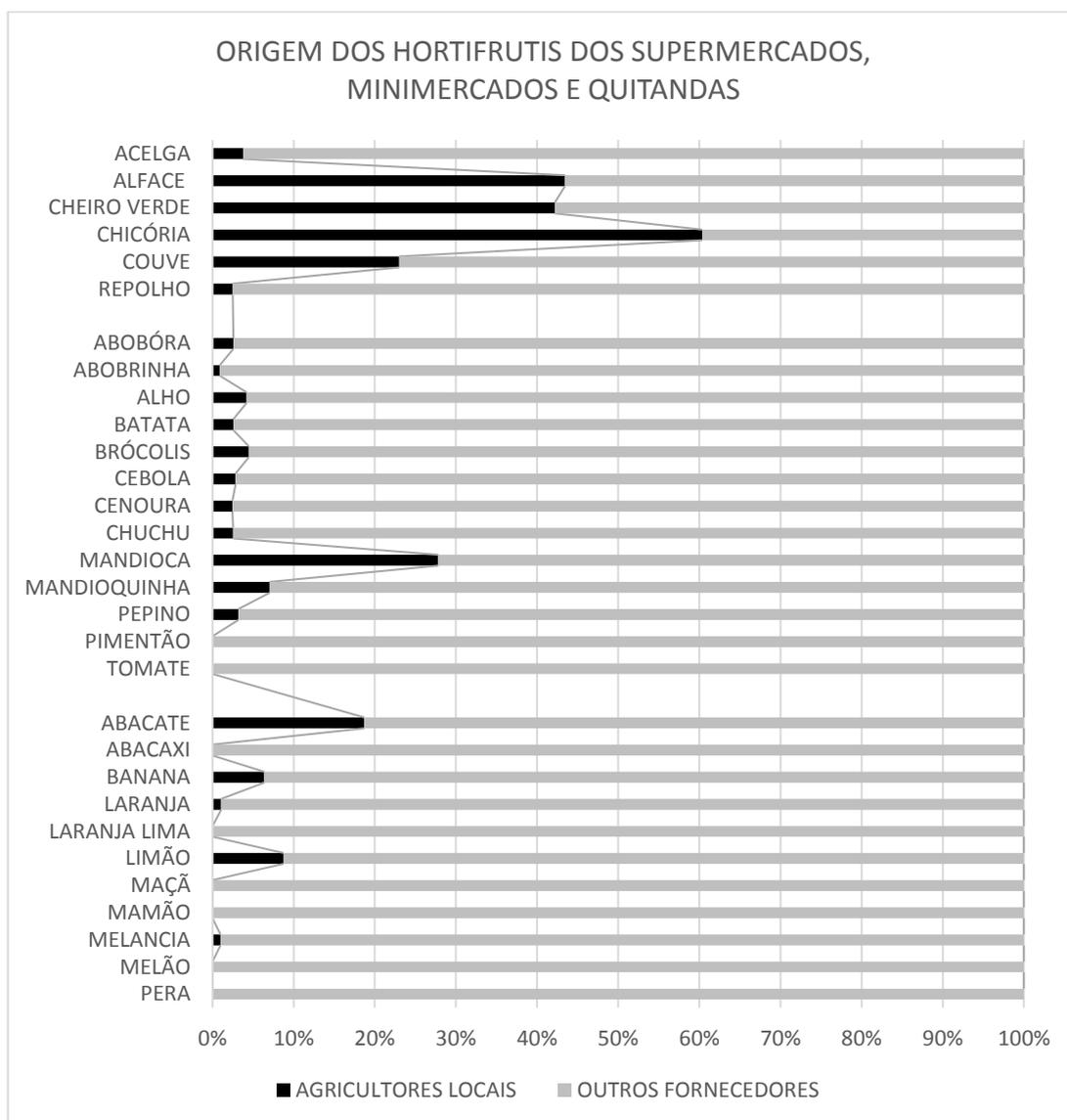


Figura 2. Origem de hortifrúteis comercializados em quitandas, minimercados e supermercados, município do centro-oeste paulista, 2019.

A variedade dos alimentos oriundos da agricultura local nos estabelecimentos é influenciada pelo grupo de hortifrúti (frutas, legumes e verduras) e o tipo de estabelecimento (supermercado, minimercado e quitanda). As quitandas são os estabelecimentos que mais possuem variedade de itens advindos de agricultores

locais, dos 30 itens de FLV listados no questionário, 57% (n=17) deles são fornecidos em pelo menos um estabelecimento desse tipo (100% da variedade de verduras, 64% de legumes e 36% das frutas), como mostra a Figura 3.

Da produção local, as verduras são os alimentos mais facilmente encontrados nos estabelecimentos em maior variedade, das 6 verduras listadas foi possível encontrar 100% da variedade nas quitandas e 67% nos supermercados e minimercados. Já as frutas é o grupo que há menor variedade disponível nos estabelecimentos com origem da produção local.

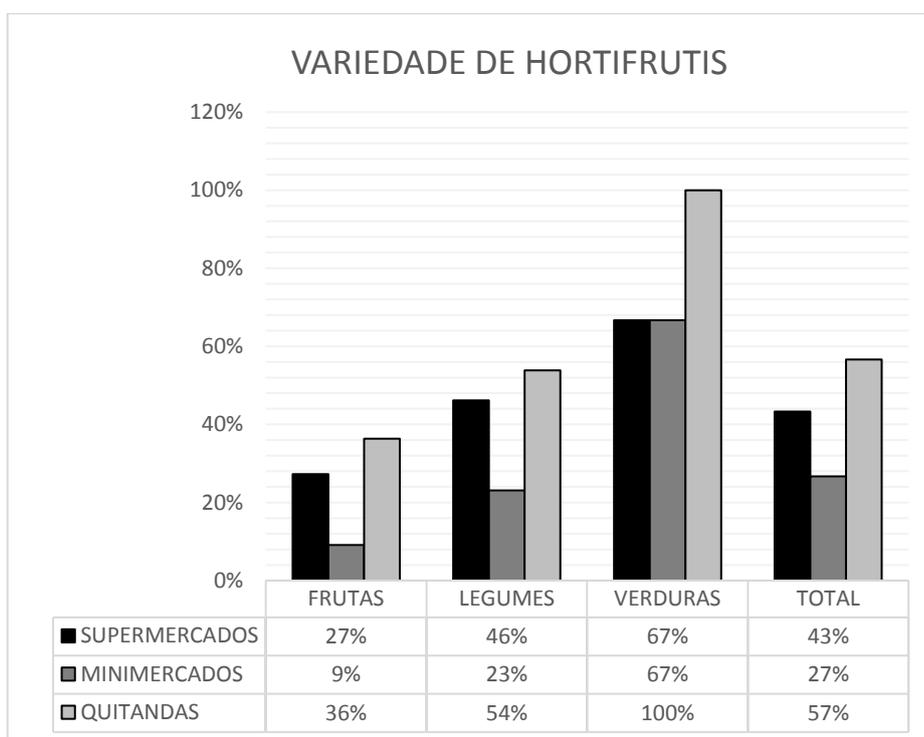


Figura 3. Variedade de hortifrútis oriundos da agricultura local, comercializados nos supermercados, minimercados e quitandas, município do centro-oeste paulista, 2019.

Apesar das frutas serem o grupo que menos há representatividade de itens da agricultura local nos estabelecimentos, em relação ao volume vendido por semana, ponderado pela sazonalidade utilizando o período em que mais se vende do produto (quando está na época), o abacate oriundo de agricultores locais equivale a 58% do comercializado em quitandas. Dos legumes, destaca-se a mandioca com 69% oriunda da agricultura local nas quitandas e 14% nos minimercados, como podemos observar na Quadro 3.

Quadro 3. Média de venda semanal de frutas, verduras e legumes em estabelecimentos comerciais, ponderadas pela sazonalidade, município do centro-oeste paulista, 2019.

ITENS (MEDIDA)	SUPERMERCADOS			MINIMERCADOS			QUITANDAS		
	Total adquirido	Adquirido de AL %	n	Total adquirido	Adquirido de AL %	n	Total adquirido	Adquirido de AL %	n
FRUTAS									
ABACATE (Kg)	457			61			400	58%	230
ABACAXI (Und)	410			90			1106		
BANANA (Kg)	7887	1%	110	776			2110	30%	640
LARANJA (Kg)	7259	2%	160	464			3738		
LARANJA LIMA (Kg)	649			60			290		
LIMÃO (Kg)	2360	5%	120	420	2%	10	1148	17%	200
MAÇÃ (Kg)	1062			223			357		
MAMÃO (Kg)	1511			84			729		
MELANCIA (Und)	1292			11			215	9%	20
MELÃO (Kg)	593			36			310		
PERA (Kg)	268			44			221		
LEGUMES									
ABOBÓRA (Kg)	163			57			250	8%	20
ABOBRINHA (Kg)	1455	1%	20	148			510		
ALHO (Kg)	651			169			161	25%	41
BATATA (Kg)	6580	3%	200	975	2%	15	945		
BRÓCOLIS (Und)	559			48			150	26%	39
CEBOLA (Kg)	4491	4%	160	663	5%	35	1530		
CENOURA (Kg)	1574	4%	60	312			640		
CHUCHU (Kg)	896	1%	10	114			600	5%	30
MANDIOCA (Kg)	401			138	14%	20	394	69%	270
MANDIOQUINHA (Kg)	256			44			139	23%	32
PEPINO (Kg)	477	2%	10	120			385	5%	20
PIMENTÃO (Kg)	441			86			220		
TOMATE (Kg)	6596			1101			4135		
VERDURAS									
ACELGA (Kg)	187			18			236	10%	24
ALFACE (Und)	1873	6%	120	499	5%	26	1643	100%	1643
CHEIRO VERDE (Und)	868	31%	268	283	9%	26	337	100%	337
CHICÓRIA (Und)	220	42%	92	28	21%	6	244	81%	198
COUVE (Und)	766	6%	49	137	22%	30	258	94%	243
REPOLHO (Und)	1719			234			570	11%	60

Kg: quilogramas; UND: unidade, AL: Agricultura Local.

Entre as verduras, apesar de todas apresentarem ao menos uma pequena participação da vocação agrícola nos estabelecimentos, destaca-se a alface, o cheiro-verde, a chicória e a couve que são fornecidos tanto pelas quitandas, em maior parcela, quanto pelos supermercados e minimercados. Nas quitandas, 4 dos 6 itens listados apresentam a participação local acima de 80% (Quadro 3).

5.3 PERCEPÇÃO DE GESTORES, AGRICULTORES E COMERCIANTES

5.3.1 Gestores

Foram convidados a participar da entrevista grupal, os gestores municipais, integrantes da Secretaria Municipal da Agricultura (SMA), da Casa da Agricultura do município (CATi), da Secretaria Municipal da Educação (SME) sendo um gestor, um representante do setor de compras, um do departamento de alimentação escolar, um do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e um do Departamento de Licitação da prefeitura.

A reunião contou com a presença da CATi (n=2), representante do departamento de compras da SME (n=1), a diretora e nutricionistas do departamento de alimentação escolar do município (n=4), perfazendo o total 7 participantes, sendo 5 vinculados à educação (E) e 2 vinculados à agricultura (A). Os participantes expuseram suas vivências com a modalidade de compra no município, compartilhando preocupações, decepções e esperanças referente a chamada pública para o município.

5.3.1.1 Resgates histórico

Houve uma chamada pública no município em 2011, entretanto a experiência não foi proveitosa pois os agricultores, que eram participantes de uma cooperativa de outro município, não conseguiam entregar os produtos solicitados e quando entregavam eram de má qualidade.

“[...] A gente fez uma experiência em 2011 com uma cooperativa de [município próximo], ela trazia pra cá, e ela não tinha, condições de entregar os itens. [...] Ela não deu conta, e a gente ficou assim na mão... a sorte nossa é que a gente tinha a licitação que tinha sido feita antes dessa cooperativa. Então eles entregavam, quando eles entregavam, não tinha qualidade, não tinha quantidade suficiente [...]” (E3).

Em meados de 2013, a CATI se colocou como intermediária para realizar novamente o projeto, porém encontrou muita resistência e dificuldade em encontrar informações necessárias para desenvolver o processo de chamada pública.

“[...] E eu sempre perguntei quem toma conta da merenda no município, e a informação que eu tinha era: -Ah, então, eu não sei...e não quero saber e não sei o que tem...- porque eu atendia em [município próximo] e eu ajudava a organizar a chamada pública lá, então o produtor participava lá, [município próximo] participava, a cidade onde eu moro participava. [...] Então quando eu entrei aqui eu fui procurando: -Ó, a gente precisa fazer uma reunião, porque aqui não compra- e o que eu escutava era: -Ah! Não teve [agricultor] interessado-, e essa foi meio óbvia” (A1).

A expressão “essa foi meio óbvia” se refere ao fato da divulgação insuficiente realizada no período, sendo que a chamada pública foi divulgada em meios que não são de fácil acesso ao agricultor e, dessa forma, não houve manifestação de interesse da categoria no momento da chamada. Dias anteriores a reunião, A1 havia abordado o mesmo assunto, o que esclarece a obviedade *“agricultor não lê diário oficial todos os dias e nem vai toda semana na prefeitura saber se vai ter chamada pública, tem que avisar nos lugares certos”*.

Uma nova tentativa de abertura de chamada pública foi iniciada em 2015, quando foi realizada a interlocução com os agricultores, secretarias envolvidas e o departamento de licitação da prefeitura. Mesmo que detentores dos instrumentos necessários para iniciar a compra dos agricultores familiares o edital não foi publicado. Sem uma explicação direta sobre motivo que levou a falência dessa nova tentativa, os participantes da reunião expuseram cada qual sua explicação para o fato.

“Os impasses burocráticos, né?” (E1).

“[...] O comodismo da cidade. Eu não vejo como má vontade da prefeitura de fazer, a gente já fez reuniões e tudo mais, eu vejo um pouco de comodismo dos fornecedores da região, que também ter um certo alguém que [cobrasse]. [...] Ninguém foi fazer assim ó, falar com o prefeito... eu... olhando de fora... Ninguém chegou e falou: - Ou e aí cara? Quê que deu lá? ” (E2).

“É que não tem essa cobrança do próprio órgão competente [...] uma falta de insistência, eu acho, falta de acreditar, de acontecer” (E3).

“Não dá nem para saber por que não teve, né? [...] Ficou todo mundo aguardando a chamada pública. Fica difícil cobrar um departamento. Então a diferença, a dificuldade que a gente achou aqui em -município de estudo- foi essa. Não se dá o nome aos bois... apesar de todos os departamentos terem participado da reunião... eu não tinha o telefone da pessoa da licitação, eu

liguei muitas vezes lá no departamento e não consegui falar com ninguém, só pegaram meu telefone e pronto” (A1).

Após a tentativa falha, já frustrados, outros projetos se tornaram prioridade de desenvolvimento e o processo da compra da agricultura familiar para alimentação escolar ficou estagnado. Essas duas tentativas no município resultaram na interrupção da comunicação entre os agricultores e os funcionários interessados, resultante de desgaste e desânimo.

“É muita regra e muita gente que sai da regra, né? [...] Parece que é de proposito, parece que fala: -Ó, você não cansou ainda? Para de procurar o que fazer, né?- Eu me sinto assim! [...] E até a gente que é mais animado para isso, vai desanimando. [...] Eu tinha marcado audiência com ele [prefeito] ano passado, até desisti” (A1).

“[...] Eu não cuido só do departamento [...] Esse é um entrave, então, eu não tô boicotando... de jeito nenhum... eu cuido de muitas outras coisas, então não dá humanamente para gente ficar, né...” (E1).

“Eu, para mim... acho que o que vocês vão encontrar são desmotivados. [...] Eu costumo dizer que... Não é o trabalhar, porque trabalhar a gente tem que trabalhar todos os dias mesmo, tem que fazer... o problema é que você sempre tem que fazer a mesma coisa e não ter resultados, entendeu? Tá, hoje você vai lá e faz... aí não deu certo e parou e vai ter que fazer de novo, aí você tem que voltar tudo do zero... um trabalho que você... (balança a cabeça negativamente). [...] E aí a gente vai desanimando sabe, a gente vai ficando desmotivado, é uma desmotivação das coisas que não vão acontecendo. [...] A gente só tem que tomar cuidado, porque às vezes enraíza” (E3).

Enquanto não acontece a chamada pública, a verba destinada pelo PNAE para a aquisição de itens da agricultura familiar (30% da verba total destinada a alimentação escolar do município) é reprogramada anualmente na prestação de contas, justificada pelas falhas e insucesso no desenvolvimento do processo.

“Já tem uma resposta pronta já, né? Que não tem agricultor, ô se não tem! - Ah, não tem pessoal interessado-, eu visitava o pessoal que planta verdura aqui e falei do programa [e os agricultores falavam] –Ah, É um programa legal, mas porque que não faz? – Aí, a gente escutava da prefeitura, de chefe: -Ah, mas não apareceu interessado-, mas vocês falaram com o pessoal que participou da reunião? –Ah, aqui não tem produtor! - Se você tivesse esse

edital hoje, pra daqui a 15 dias deixar fazer essa chamada pública [iniciar entrega], não vai aparecer nenhum produtor (A1).

Os participantes da reunião mostraram-se dispostos a se engajar no processo, alguns pela primeira vez, outros relevando as tentativas frustradas. Afirmaram reconhecer que no início poderá haver necessidade de adequações de ambas as partes, comprador e fornecedor, instituição e agricultor. E apesar de relatarem que receberam assistência para elaboração da chamada, atualização de conhecimento se faz necessária, visto que houve falhas nos editais anteriores e que alguns profissionais entraram no serviço público posteriormente à capacitação ocorrida.

5.3.1.2 Percepções a partir da Matriz FOFA

Para a realização da Matriz FOFA foi realizada a pergunta “*Este é um dos municípios paulistas que não atende a Lei 11.947, já que não instituiu a compra da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): Quais os desafios e as facilidades para que isso aconteça?*”, os pontos observados foram separados em quatro categorias forças, oportunidades, fraquezas e ameaças pelos próprios participantes do grupo.

Quadro 4. Matriz FOFA e resolutivas construída pelo grupo de gestores municipais, município do centro-oeste paulista, 2019.

FORÇA	FRAQUEZA
<ol style="list-style-type: none"> 1. Legitimidade para a compra 2. Facilidade da adaptação de cardápio 3. Profissionais engajados para fazer a compra acontecer 4. Quadro de profissionais (nutricionistas) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Entrega ponto-a-ponto nas unidades escolares (logística) 2. Grupo interessado não tem força política para fazer acontecer a compra sozinho 3. Vários agricultores fornecendo para a mesma escola (Logística) 4. Falta de intersectorialidade entre as repartições públicas do município 5. A compra pela AF não é tema de prioridade
OPORTUNIDADES	AMEAÇA
<ol style="list-style-type: none"> 1. Legislação que prevê a compra 2. Conselhos Municipais podem auxiliar o intermédio com os agricultores 3. Outras experiências com AF 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dificuldade com logística 2. Agricultor não acredita na prefeitura 3. Desinteresse agricultor em participar 4. Frequência e quantidade de alimentos para oferta 5. Desinteresse gestor para com a legislação
PROPOSIÇÕES (como)	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Buscar apoio com os Conselhos Municipais 2. Desenvolver educação alimentar e nutricional envolvendo o agricultor 3. Levar projeto de compra para câmara, buscando fortalecimento político 4. Estabelecer a compra pela Agricultura Familiar como prioridade 	

5.3.1.2.1 Fatores internos

Força:

O grupo reconheceu em si quatro características que representam suas forças, ou seja, que podem agir favoravelmente à compra da agricultura familiar. A legitimidade da ação de compra entre a equipe, atribuída pela sua obrigatoriedade prevista pela lei nº 11.947 do PNAE foi colocada como força, pois isso “empodera” os técnicos na defesa da compra dos produtos da agricultura familiar.

“a própria legislação, né, é uma força porque a gente se baseia nela [...] a questão de ser obrigatoriedade [...]” (E3).

“Isso, é que tem que fazer [obrigação pela lei]” (A1).

Ter profissionais envolvidos e engajados com o processo de compra favorece relação de força do grupo, as ações multi ou interdisciplinares dos profissionais permite uma visão mais ampla do programa, beneficiando desde agricultura até saúde e alimentação.

A facilidade de adaptação do cardápio é fundamental para o atendimento a legislação. Os itens a serem incluídos no cardápio da alimentação escolar devem condizer com a produção local e estar de acordo com a sazonalidade, favorecendo o crescimento dos alimentos da forma mais natural, respeitando o tempo de cultivo e colheita, sem necessidade de aditivos químicos em demasia.

“ah, lá em [município próximo] não comprava mandioca, aí falou: coloca aí mandioca, [...] aí a esposa do agricultor descascou e perguntava, assim tá bom? é esse o padrão? Aí, incluiu mandioca descascada na chamada pública e é assim, tudo é questão de começar, porque ajuste sempre tem, dificuldade sempre tem” (A1).

“[...] eles não têm tudo que a gente queria mas a facilidade de adaptar o cardápio a gente tem” (E5).

O quadro de nutricionistas na alimentação escolar influencia diretamente a flexibilidade possível do cardápio, assim como na abrangência de interação com os agricultores familiares. Atualmente o município conta com um número significativo (5 nutricionistas) no quadro desses profissionais em relação a outros municípios, entretanto, ainda abaixo do que rege a regulamentação da profissão (22 nutricionistas)⁽⁵³⁾.

Fraqueza:

A logística apareceu em dois momentos nesta categoria, sendo os fatores a necessidade de entrega ponto-a-ponto a ser realizada pelos agricultores e, por outro lado, o abastecimento de uma única unidade feito por vários agricultores, atrapalharia o desempenho das funções das cozinheiras.

“Eu acho que a dificuldade, acho que é o sistema, que está implantado na nossa merenda escolar, a gente tem muitos pontos de distribuição. [...] Nós não temos um ponto de distribuição central, centralizado [...] Então a gente teve a dificuldade de fazer a agricultura familiar chegar nesses pontos, porque a entrega é ponto-a-ponto” (E3).

“[...] a gente não tem condições de parar a merendeira o tempo inteiro pro recebimento de mercadorias, entendeu? Então, teríamos que ter uma forma de organizar, porque assim, a gente colocar no edital, por mais que a entrega seja individual, quantos agricultores vamos precisar para abastecer a merenda escolar? [...] aí vai atender individual, imagina... entra um na escola para entregar a alface, entra outro na escola para entregar a cebola, entra outro na escola para entregar sei lá... a banana. Isso é uma dificuldade nossa” (E3).

A falta de intersetorialidade dentro dos departamentos públicos dificulta a execução de projetos mais abrangentes como este, que precisam atenção de mais de um setor para a formação de uma equipe estruturada, viabilizando um bom desenvolvimento e comunicação entre os setores. Entretanto, querer fazer acontecer nem sempre é o suficiente, portanto é importante que o grupo adquira força política, seja na figura de um ponto focal ou por visibilidade e autonomia do próprio grupo.

“falta de acesso, principalmente, de quem manda nisso dentro da prefeitura, só que da minha parte foi... e aí, fui conversar com o –nome- na época, e ele: -Ah, eu já tentei conversar sobre isso, falaram que não dá porque não são obrigados...- sabe, informação mesmo? (Balança cabeça de forma de negativa). [...] eu não entendi na época porque que não foi feito, só sei que não foi feito [...] então, não comprou por chamada pública pra merenda...não tão comprando, não sei porque não saiu a chamada pública, essa é a incógnita, quem é o responsável? Quais são as providências quanto a isso?” (A1).

“mas da parte jurídica, da parte burocrática da coisa ali, que é o que faz andar, na verdade é onde para. É o entrave. O entrave já sai da parte secretaria da educação e da agricultura, já foi feita, aí teve o entrave lá em cima, que é o entrave de execução da chamada pública, do processo licitatório e parte política” (E2).

Cada setor dentro de uma prefeitura possui diversas tarefas para o desenvolvimento adequado do trabalho, sendo algumas tarefas mais complexas que

outras, demandando tempo e energia para tal. Quando uma tarefa tende a ser complexa mas não é dada como algo de grande importância ou é tomada com poucas perspectivas de conseguir resolução, ela deixa de ser prioridade ou detendo pouco empenho dos funcionários, desta forma, outras atividades são realizadas de formas alternativas para substituí-la.

“Aí teve outros problemas que na merenda foi surgindo e a gente foi deixando de lado né, outras prioridades [...] a gente viu que estava mais difícil acontecer” (E3).

“...então a não priorização, acabou ficando adormecido, [...] surgiram outras prioridades, por exemplo, a licitação acabou da merenda e tivemos que correr atrás, a –nome- participou... aí ficou em stand by³” (E2).

A descredibilidade dos agricultores para com a entidade executora e vice e versa e até mesmo o despreparo de ambos para realizar a modalidade de compra atrasam ou até mesmo frustram as tentativas de compra, afrouxando cada vez mais os laços que ali deveriam existir. Triches & Killian⁽¹⁾ relatam que nos municípios que estudaram as conquistas nesse âmbito só foram alcançadas quando as pessoas engajadas conseguiram conscientizar e mobilizar outros atores sociais para causa.

5.3.1.2.2 Fatores externos

Oportunidades:

A lei nº 11.947 do PNAE também foi mencionada como oportunidade, pois por intermédio dela que há a obrigatoriedade da compra, regulamentando oficialmente o apoio aos agricultores familiares locais.

“...acho que o critério do brasileiro funciona desta forma, a gente mesmo se cobra, se é cobrado a gente faz” (E3).

³ Expressão em inglês que significa “em espera”.

Os conselhos municipais, como o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) podem auxiliar a interação com os agricultores e fortalecer a proposta da compra institucional. Atualmente, não há formação do CONSEA no município.

“Ô se faz [falta ter os conselhos]! O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural faz dois anos que eu solicito e até agora não tem nada!” (A1).

Conhecer a experiências de sucesso de outros municípios e até mesmo conhecer os erros das tentativas do próprio município fortalece o *feeling*⁴ do grupo para não cometer os mesmos erros e conhecer um caminho mais seguro a trilhar.

[...] se eu em outros lugares conseguem fazer porque não conseguimos fazer aqui [...] Como a compra é por CPF em cada município, de repente lá que já tem essa estrutura, tem produtor, de repente até eles podem vir fornecer aqui, então... sei lá, é a que a gente nunca fez a gente não sabe... a gente não começou com os produtores daqui, mas é o que você falou, se não tiver produtor aqui, vai ter produtor na região, vai ter produtor lá do Rio Grande do Sul para vender arroz, vem de -nome de outro município- para vender banana e é assim... aparecer [refere-se a produtores familiares nas chamadas públicas]? Aparece!” (A1).

“Não, acho que pode até ter falta de conhecimento, porque nunca tivemos... [pausa para pensar] assim... tivemos pouco caso da –nome cooperativa que forneceu anteriormente- que foi uma experiência que não foi boa, pelo contrário! Mas acho que, a partir do momento que começa a acontecer as dificuldades vão surgindo e vai se ajustando” (E3).

Ameaças:

Novamente a logística aparece como ponto negativo para o grupo, desta vez como dificuldade dos agricultores em organizar a logística de distribuição de itens. Este fator acarreta em outra ameaça para a realização da compra, segundo o grupo, mesmo a entidade executora arcando com o custo de frete, pode ser interpretado

⁴ Palavra em inglês que pode ser traduzida como sentido, tato ou percepção.

como desvantajoso para o agricultor, gerando desinteresse do mesmo em participar da compra institucional.

“[...] Mas aqui a gente viu na prática [refere-se a experiências anteriores]: -relata fala dos agricultores- Ah! É 20 mil a mais, mas daí eu não consigo entregar em 5 escolas, eu consigo entregar só se for no Departamento de Alimentação. [...] Eles acabam colocando empecilhos pra eles mesmos para não conseguir” (E2).

“A logística, né? É um empecilho grande, né? Eles não têm estrutura para fazer logística, né?” (A1).

“[...] eu tenho conhecidos que vendem, tem a barraca lá [na feira] que começou a conversar comigo: -Ah –nome-! Teve uma reunião uma vez, até o –nome- estava como Secretário, quando começou a falar 20 mil reais, todo mundo achou interessante, mas divido por 12 [meses], dá 1.600 reais por mês! Agora, a gente, pessoas que no caso tem dois supermercados, que é garantido, a produção é aquela e é melhor do que ter gasto com carro, tem gasto com a logística, pra mim não compensa. Eu tenho 2-3 mercados que eu entrego, então vai ser 1.600 reais a mais de venda e produção, só que, só o que eu vou gastar por mês para distribuir eu vou gastar em um ano, uns 300 reais” (E2).

“É que ele tá jogando hipoteticamente, toda cidade que começa a comprar começa a fazer essa conta aí e depois vem atrás querendo começar a participar. Ele tá supondo que não vai compensar, -Ah! Vai ser só 1600 reais no mês-. É 1.600 reais a mais! Então ele tá imaginando, -Ah mas não compensa! - [O agricultor] tá pensando pequeno” (A1).

A frequência e a quantidade de produção também foram mencionadas como ameaça pelo grupo. Realizar reuniões entre gestores, agricultores e especialistas no processo antes da abertura da chamada pública possibilita conhecer a realidade do município e esclarecer aos interessados como se dá o funcionamento da mesma. Assistência adequada aos agricultores também auxilia na resolução desta ameaça.

“[...] Então, acho que a parte mais difícil ali, é identificar os agricultores, né? A demanda que eles teriam para conseguir atendem a gente ou não. Eu acho que essa seria a parte mais difícil” (E3).

Na percepção do grupo, devido a tentativa anterior frustrada de realizar a compra pela chamada pública, desacredita que a prefeitura possa vir comprar alimentos da agricultura familiar. Outro fator levantado foi o desinteresse do gestor por esta

modalidade de compra institucional, o que comprometeria o desempenho do processo.

“Acho que... falta de... credibilidade com o agricultor... descredibilidade. Porque a partir do momento que você começa a executar a lei e a lei está funcionando, aumenta a procura, né? [...] Aí, ninguém mais acredita em você, aí o que você vai fazer falar lá... Você acaba não tendo sucesso nessa tentativa que você...” (E3).

“É a descrença [...] Nós estamos na questão da descredibilidade.” (E1)

“É, porque se eu hoje chegar no pessoal [agricultores] e falar sobre isso [venda para prefeitura] eles vão falar: -Ah! Mas esse negócio da prefeitura não sai, esse negócio da prefeitura pode esquecer-. [...] Ah, sabe... a gente fica aqui se matando, trabalhando, fazendo 5... 6 reuniões no ano... e tem produtor! Produtor também de saco cheio... e isso aí vai sair ou não vai...” (A1).

5.3.1.2.3 Proposições do grupo

Após completado pelo grupo as quatro áreas da matriz FOFA, buscou-se chegar a um consenso de quais seriam as sugestões para minimizar as fraquezas e ameaças, ao mesmo tempo, potencializar as forças e fraquezas, perfazendo o FOFA COMO.

Foi acordado pelos participantes a manter prioridade do tema e buscar meios que viabilizem o processo. Buscar apoio dos conselhos municipais para auxílio com os agricultores e fortalecimento do grupo, e se necessário recorrer a apoio externo para orientar os conselhos existentes e que os que podem a vir existir no município.

“[...] acho que priorizar então... igual a gente falou, tem outras coisas para gente tomar conta, mas tem que priorizar” (E4).

“...e tem que ter alguém do departamento de finalize isso, uma pessoa que queira finalizar” (E5).

“É importante o CONSEA” (A1).

Levar para a câmara o projeto de compra para obter apoio político, visto que o grupo não tem o poder político suficiente para instaurar essa modalidade de compra. Desta forma o projeto ficará mais conhecido e ganhará mais visibilidade perante o povo e pelo gestor.

“...eu acho na verdade, eu acho que é... como eu posso falar para não falar besteira? Tem que ser uma pessoa que... não... não adianta ser uma pessoa que queira fazer acontecer, mas que essa pessoa tenha influência” (E3).

“Já que o negócio só funciona politicamente, né? [...] Tem que ser politicamente, aproveitar o –nome- que tem parente lá dentro ” (A1).

Desenvolver projetos de educação alimentar e nutricional que envolvam o agricultor e aproximem o produtor do consumidor final, os alunos. Estreitar esse laço pode despertar interesse de ambos os lados, fortalecendo o apoio para abertura da chamada pública.

“O –nome- tem esse trabalho de educação ambiental porque ele é agricultor orgânico, né? (A1).

“Algumas escolas já têm esse projetinho de horta” (E3).

O CAE apesar de existente é pouco atuante no município em relação a chamada pública, sendo que referem conhecer a obrigatoriedade mas não sabem como atuar em auxílio da mesma. Triches e Kilian⁽¹⁾ relata situação semelhante e pontua que o CAE como um conselho deliberativo de controle social poderia ser melhor utilizado.

5.3.2 Agricultores

Assim como os gestores, os agricultores foram convidados a participar da reunião grupal referente aos desafios e potencialidades da agricultura familiar para a alimentação escolar. O convite foi realizado durante as visitas à feira livre com no mínimo 15 dias de antecedência e lembrado com uma semana de antecedência, de forma escrita e via telefone. Porém apenas um agricultor compareceu à reunião marcada e, portanto foi desconsiderada como instrumento de coleta de dados com esse grupo.

Buscando conhecer melhor as perspectivas do agricultor para com a venda institucional, de forma alternativa à reunião grupal, voltou-se à feira livre para aplicar outro questionário, com quatro questões abertas (Apêndice E), abordando se o produtor já havia participado de reuniões referente agricultura familiar para a alimentação escolar, se na sua opinião os produtores locais conseguem fornecer para a alimentação escolar, quais seriam as dificuldades e as facilidades do processo de

compra e quais seriam os benefícios tanto para os agricultores quanto para o município, se houver a compra.

O posicionamento dos agricultores é de que possuem sim potencial para oferta de itens, mesmo que parcialmente, porém ressaltaram pontos fracos que necessitarão de apoio, como assistência, tanto para a técnica de produção, como para a estruturação da documentação da chamada e logística de atendimento. Reforçaram que esta interação entre a agricultura familiar e compra institucional é benéfica para o município, gerando renda e possibilidade de emprego no meio rural.

Outra questão que vem ganhando cada vez mais força como condição *sine qua non*⁵ para redução da pobreza rural e promoção da agricultura familiar é a qualificação dos processos de governança, tornando os processos mais transparentes e as políticas públicas mais efetivas⁽⁵⁴⁾.

5.3.2.1 Tentativas anteriores de compra direta da agricultura familiar para alimentação escolar

A maioria dos agricultores entrevistados não haviam participado de reuniões anteriores referentes ao tema, e mostraram interesse em conhecer os aspectos da venda institucional. Outros relataram desconhecimento de como é o processo de chamada pública, quais são os passos para estarem aptos a fornecer para compras institucionais.

“Não, nunca participei das reuniões, eu não sei como faz para participar, o processo que é” (F4).

“Não fui, mas se tiver, tenho interesse em ir, é sempre bom, né?” (F9).

Alguns produtores relataram preocupações e receios como “*dar conta de entregar*” os itens solicitados nos prazos estabelecidos, a incerteza de pagamento a ser realizado pela prefeitura e desconhecer o caminho a ser trilhado para poder realizar a venda.

⁵ Termo latim que significa indispensável e essencial.

“[...] Eu até quero, mas tenho medo de entrar e não conseguir entregar tudo... de não conseguir cumprir o contrato. Vai que pedem mais do que eu tenho pra vender [...]” (F2).

“[...] eu até tenho interesse em participar, mas eu tenho medo, sabe como é, né? Dá medo de não receber da prefeitura. Todo mundo diz que a prefeitura anda devendo por aí... Mas seria legal que acontecesse, seria bom, né? ” (F10).

Entre os produtores que participaram anteriormente, referiram que as reuniões foram boas, porém faltou posicionamento da prefeitura de qual seria a periodicidade do pagamento, como seriam estabelecidos os preços de compra, como seria realizada a entrega ponto-a-ponto nas unidades escolares, conseqüentemente não chegaram a um consenso entre prefeitura e agricultores nesses pontos.

“[...] faltou discutir sobre o preço... Teve uma reunião que eu não fui, aí depois falaram por aí [feirantes que comentaram] que iam pagar 50 centavos, 1 real nas coisas que a gente vende por 3 ou 4 reais, aí sabe como é, né? Não dá. Também teve isso que era muito lugar pra entregar” (F3).

Referiram também que apesar de os produtores não serem proativos neste contexto de venda institucional, os agricultores estavam se estruturando para realizar o fornecimento, porém as reuniões cessaram e não abriu o edital da chamada pública, deixando os agricultores frustrados. Um produtor referiu que participou das reuniões, mas que hoje, após a tentativa frustrada, não tem mais interesse em fazer negócios com a prefeitura.

“Fui numas 2 ou 3 reuniões, mas faltou chegar em um acordo.... E aí acharam problemas para barrar. [...] Eu até acho que falta vontade aqui do pessoal da feira que planta, mas da última vez a gente organizou sabe... e quem barrou da última vez foi a prefeitura” (F2).

“Ah sim, fui sim. Foram boas até, mas faltou continuar, sabe? Porque elas pararam, não falaram mais nada. Mas olha, hoje eu não quero mais participar não, tô velho, cansado, quase parando já... não to querendo mais nada não... se meu filho quiser continuar, ele vê, eu não... não quero mais” (F6).

A dificuldade de comunicação e empenho entre as próprias secretarias e setores públicos e também a falta de consenso com os agricultores também foi relatada em outros municípios, apesar de agricultores e gestores saberem dos benefícios e da obrigatoriedade da compra^(1,5). A comunicação entre agricultores e entidade executora

também é importante para o mapeamento dos produtos agrícolas produzidos na região afim de poder incluir no cardápio escolar⁽³⁹⁾.

5.3.2.2 Capacidade de atendimento as necessidades da alimentação escolar

Todos agricultores referiram que os produtores possuem capacidade para atender as necessidades das escolas do município, mesmo que de forma parcial. Na percepção dos agricultores a prática se tornaria possível principalmente se houver a participação de um conjunto de agricultores e apoio da prefeitura para com a distribuição dos itens, segundo eles, o tempo dispendido na entrega é prejudicial para o plantio, já que o cuidado com a terra também demanda tempo e atenção.

“[...] Se todo mundo quiser participar... todo mundo que vende aqui na feira pelo menos, acho consegue atender as escolas sim”. (F2)

“Com a quantidade sim, a gente tem pra vender... mas a gente não tem tempo para entregar, né? Vai muito tempo nisso aí, é muita coisa para gente fazer, sabe? Plantar, molhar a horta, colher tudo... não dá pra perder tempo distribuindo, não. [...] Perder mais de 1 hora e meia, 2 horas distribuindo é complicado, fica puxado”. (F3)

A afirmação dos agricultores se baseou no fato de que muitos já entregam para supermercados e restaurantes do município e região e que possuem mais área para possibilidade de aumento da plantação se necessário. Um agricultor relatou que os pequenos produtores precisam de mais oportunidades para firmarem a renda exclusiva do meio rural.

“[...] todo mundo já entrega para mercados, restaurante... e também tem mais terra para plantar, eu tenho bastante espaço que dá pra plantar ainda”. (F11)

“[...] só acho que precisa dar mais oportunidade para os pequenos produtores, dar preferência”. (F10)

Ter muitos pontos de entrega dificulta e até mesmo impossibilita que pequenos agricultores consigam realizar as entregas de seus produtos, refletindo em um entrave de logística, sendo a solução de alguns o fretamento para entrega dos produtos^(5,6,55). Na percepção dos agricultores desse estudo, para facilitar a venda, a prefeitura deveria providenciar transporte para coleta e distribuição ou um galpão único de entrega. Vale ressaltar que, a verba destinada pelo FNDE aos municípios deve ser

exclusivamente para aquisição de gêneros alimentícios, sendo os demais gastos arcados pela entidade executora⁽²⁰⁾.

5.3.2.3 Dificuldades e facilidades no processo de venda institucional

Para o processo de venda relataram dificuldades com a burocracia da documentação e os macetes do próprio processo, um produtor ainda referiu que tentou participar no processo de outro município, porém que também não teve sucesso. Também houve descrença na prefeitura com o atual cenário de crise econômica do país, que gera receio quanto ao pagamento adequado pelos produtos ofertados.

“Ah, dificuldade é começar a participar, né... isso de ter tudo os documentos... Já tentei em outras cidades, mas não deu também... por causa disso, eu não consigo esse documento [...]”. (F4)

“[...] Mas tem a dificuldade de fazer essa documentação... acho que é até começar a dar certo”. (F6)

“[...] a dificuldade é a prefeitura pagar em dia, né? [...]”. (F11)

Para poderem se candidatar como fornecedores em compras institucionais, os produtores, precisam da DAP que os caracterizará como aptos, entretanto para a obtenção da mesma são necessários alguns requisitos entre eles a documentação pessoal do agricultor e documentação regularizada da propriedade. A emissão da DAP é gratuita e pode ser retirada no órgão público autorizado do município.

A dispensa de processo licitatório e a adoção da chamada pública para compra de itens de agricultores familiares foi implementada para facilitar a efetivação da compra, porém a burocratização ainda é um impasse para alguns agricultores^(5,23,56) apesar da DAP ser um documento fácil retirada e gratuito, o agricultor precisa atender a requisitos e apresentar a documentação corretamente, o que não é necessário para realizar vendas em outros meios de mercados⁽⁵⁷⁾.

A necessidade de entrega dos itens ponto-a-ponto também foi relatada com uma dificuldade, a quantidade e a distância entre as unidades são fatores que complicam a entrega para os produtores pois demanda tempo e investimento financeiro em combustível. Eles relatam que seria mais interessante se formassem uma cooperativa

para deixar apenas uma pessoa para entrega, mas que seria melhor se a prefeitura disponibilizasse um único ponto fixo de entrega e depois a mesma realizasse a distribuição ponto-a-ponto.

“Acho que isso de entregar nos pontos pode ser uma dificuldade, muito lugar pra entregar [...]”. (F2)

“A maior dificuldade é distribuir, seria mais fácil se tivesse uma cooperativa ou se a prefeitura desse um barracão, só num lugar para entregar lá o produto”. (F9)

A incerteza de quantidade de itens a serem entregues semanalmente também foi apontada como dificuldade. Essa dificuldade provavelmente é gerada pelo desconhecimento do processo de chamada pública, uma vez que, a média de pedidos semanais pode constar no edital.

“É difícil ter sempre o produto né, toda vez a quantidade, nem é difícil para entregar... assim... só depende a quantidade que vai precisar, né?” (F10)

As facilidades encontradas foram a venda fixa para um comprador, na feira livre os produtores levam seus itens, mas nem sempre conseguem vender tudo que fica à disposição na banca, já para a prefeitura todo alimento disponibilizado é adquirido. Poder ofertar os produtos que já são comumente produzidos também foi visto como facilidade, desta forma não precisa dispendir tempo e investimento para aprender novas culturas de alimentos. Vale ressaltar também que relataram que podem se planejar para conseguir o atendimento as escolas.

“[...] Mas é bom poder ter a certeza de venda, aí é uma facilidade eu acho, pra gente é bom”. (F2)

“[...] Se a prefeitura manter a palavra, a gente se planeja”. (F11)

Entretanto, apesar de a venda para ente públicos ser uma oportunidade, é significativa a preocupação com a assiduidade do pagamento a ser realizado pela prefeitura, nos estudo de Marques et al.⁽⁵⁵⁾ e Mossmann⁽⁵⁷⁾ os agricultores relatam que ficam meses sem receber da entidade executora pra que fornecem, o que compromete o capital de giro dos produtores e os desmotiva.

Libermann e Bertolini⁽³⁹⁾ e Triches⁽⁵⁾ também relataram dificuldades em relação a falta ou a incorreta organização e planejamento para realização da compra institucional tanto por parte dos gestores quanto por parte dos agricultores locais. As

divulgações de chamadas públicas são de responsabilidade da prefeitura e devem conter informações claras como: quais alimentos e as quantidades requisitadas, periodicidade, locais de entrega e a padronização de qualidade, desta forma facilitando o planejamento dos agricultores para a produção^(5,57,58).

Os entraves relacionados a falta de assistência técnica ou ações de incentivos aos agricultores locais resultam em maior fragilidade no desempenho dos agricultores quanto à qualidade, variedade e quantidade de produtos cultivados, o que desfavorece as compras institucionais da agricultura familiar. Os gastos dispendidos na produção são repassados ao consumidor final aumentando preço do produto, restringe a sua variedade e dificulta adequação as exigências de qualidade e sanitárias compra^(1,39,57,59).

5.3.2.4 Benefícios da compra para os agricultores e para o município

Na percepção do agricultor, para os próprios, benefícios é a oportunidade de fornecer seus produtos para a alimentação para gerar de renda extra e fixa para a família, além da renda já obtida na feira livre e nos clientes fixos.

“Seria um benefício a renda a mais, né? [...]”. (F2)

“Acho que a venda garantida é um benefício pra gente, porque o que a gente não vende aqui é jogado fora ou vira lavagem de porco [...]”. (F5)

“Os benefícios pra gente é o lucro, quanto mais vende, mais lucro, isso é bom”. (F11)

Para o município apontaram dois benefícios, sendo a circulação monetária dentro do próprio município, estimulando a economia local e a oferta de alimentos de melhor qualidade, mais frescos e seguros aos escolares da rede pública de ensino.

“Pro município seria benefício maior, né? Aí o dinheiro fica aqui dentro mesmo e as crianças receberiam produtos mais frescos e de melhor qualidade”. (F3)

“Para o município seria bom porque teria produto mais fresco com pouco agrotóxico, vem veneno [...]”. (F9)

“Ah, para o município seria bom, hein? Porque os produtos durariam mais”. (F10)

A estabilidade de renda através do fornecimento para alimentação escolar é citada como uma facilidade também nos estudos de Libermann e Bertolini⁽³⁹⁾ e Marques et al.⁽⁵⁵⁾, sendo associada a um complemento da renda mensal para a família e geradora de empregos⁽⁵⁸⁾. Atualmente o limite de venda para cada agricultor familiar individual é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por município, podendo o agricultor vender para mais de uma prefeitura no mesmo ano⁽³³⁾.

5.3.3. Comerciantes

No questionário (Apêndice B) realizado nos supermercados, minimercados e quintas havia também a questão “Quais as facilidades e dificuldades de comprar produtos da agricultura local? ”, onde além de exporem as dificuldades e as facilidades vivencias, os comerciantes dos estabelecimentos participantes relatam sobre a experiência com a compra realizada diretamente com os agricultores locais puderam explanaram o motivo dessa opção.

As facilidades encontradas foram categóricas, entretanto as dificuldades listadas tomaram maior proporção no discurso dos participantes. Os relatos de dificuldades entre os estabelecimentos foram variados, mas guardam relação entre si. A exigência de quantidade mínima para entrega, assim como a baixa qualidade e variedade dos produtos, que têm sido atribuídos à falta de apoio técnico adequado. As dificuldades foram divididas em três subcategorias: relacionadas ao produto, ao produtor e ao cenário atual do município.

Quadro 5. Dificuldades e facilidades de comprar itens da agricultura local apontados por minimercados e quitandas, município do centro-oeste paulista, 2019.

DIFICULDADES	FACILIDADES
<p>PRODUTO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Baixa variedade • Menor qualidade e frescor • Descontinuidade na produção <p>PRODUTOR</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de acesso aos agricultores • Falta de documentação fiscal • Exigência de volume mínimo • Não entregam no estabelecimento <p>CENÁRIO ATUAL</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valorização da produção de cana-de-açúcar na região • Falta de apoio técnico e infraestrutura • Desconfiança com agricultores e atravessadores 	<ul style="list-style-type: none"> • Custo/benefício do frete • Produto de mais qualidade e frescor • Rapidez e flexibilidade de entrega • Vínculo de confiança com o agricultor

5.3.3.1 Facilidades

Para os comerciantes que compram dos agricultores locais, os benefícios são referentes a entrega dos produtos, o custo/benefício do frete, mais rapidez e flexibilidade de entrega, facilidade de comunicação e cumprimento de prazos.

"[...] o valor é mais baixo devido o frete [...] Também é melhor pegar os produtos diretos dos produtores porque vêm mais fresco". (Q1)

"É mais fácil comprar do produtor local pois vendem em menor quantidade, pra comprar de produtor de fora tem que comprar a carga do caminhão inteiro pra fazer valer o frete, senão eles nem vem". (Q5)

"[...] entregam no prazo correto quando são solicitados". (M2)

"A facilidade é o que o produtor entrega na loja os itens [...]". (M3)

Relataram que os produtores locais oferecem produtos mais frescos, muitas vezes colhidos no mesmo dia, a um preço melhor pois não há o alto acréscimo do frete em comparação a produtores de outros municípios. Relatam ainda que há um relacionamento de parceria entre o agricultor e comerciante.

"produtos mais frescos, muitas vezes colhidos no dia da entrega"; (Q2)

" os produtos que tem são de qualidade" (M2)

Ressaltaram a importância do vínculo de confiança com o agricultor que fornece para o estabelecimento, podendo ainda selecionar os melhores produtos para si e quando há imprevistos com o fornecimento há comunicação entre as partes. Ter o contato direto com o produtor cria laços de companheirismo, amizade e fidelidade, muitas vezes tanto produtor quanto comerciante deixam de obter mais lucros em outros meios para honrar o compromisso assumido.

"[...] São sempre os mesmos fornecedores, há contato direto, o produtor avisa quando não conseguirá atender a demanda, assim dá tempo de ir atrás de outro fornecedor [...]". (Q3)

" [...] Mas quando é produtor daqui, a gente compra direto e damos preferência pra quem é fiel com a gente, não do tipo que vende pra quem paga mais, a gente já fica cliente fixo [...]". (Q5)

"O bom de pegar do produtor é que dá pra cobrar mais quanto à qualidade, falar que tem que trazer produto melhor, pelo Ceasa não dá" (Q6)

5.3.3.2 Dificuldades

As dificuldades em relação aos produtos remeteram a baixa variedade, menor qualidade e frescor de produtos e descontinuidade na produção local. Como já mencionado, a olericultura é a produção predominante na região, o que deixa o município desprovido de outros alimentos como cereais e tubérculos, além de que folhosos são mais acometidos pela variação climática sem a estrutura necessária para a produção fora da época sazonal. Quanto à qualidade e frescor dos itens há ambiguidade com as facilidades, acredita-se que esse fator seja mutável de acordo com o agricultor e tempo de colheita e entrega.

"A gente compra poucos produtos dos agricultores locais porque eles não têm variedade". (M2)

"[...] O produtor local não tem capacidade de manter a qualidade da produção, nós [vendedores] temos leis que regulamentam até a qualidade do produto

que será vendido, O produto daqui as vezes chega com tomate muito ruim, eu não consigo e nem posso vender [...]". (M7)

"[...] a produção local não favorece, é questão de escolha nossa, no Ceasa tem mais variedade [...] É questão de produto também, as vezes, o tomate do produtor não está bom, ai tem que sair escolhendo, pelo Ceasa não, já vem tudo bom " (S1)

"o que produzem é para consumo próprio ou para vender na feira". (Q4)

"A verdade é que aqui não tem produto, eu até compro verdura mas eles não tem como fornecer o ano todo, então, eu tenho que pegar de outros fornecedores". (Q7)

Quanto aos produtores, foram relatadas dificuldade de acesso aos mesmos, falta de documentação fiscal, exigência de volume mínimo para venda e entrega e não entrega no estabelecimento comercial.

"Prefiro comprar do Ceasa, porque aí consigo comprar em pequenas quantidades e vem mais fresco, os agricultores [locais] só vendem de caixa fechada, no Ceasa da cidade compro a quantidade que preciso [...]". (M1)

Por não haver no município um sindicato ou cooperativa dos próprios agricultores locais, para realizar a compra direta com o agricultor o comerciante precisa buscar contatos com outros comerciantes, entretanto o Ceasa do município é o meio de aquisição mais facilitado, pois além de obterem todos os produtos em um único local, os atravessadores entregam no estabelecimento a quantidade desejada pelos comerciantes.

"A única dificuldade é que precisa ligar atrás dos agricultores para ver quem tem o produto, não tem um produtor já definido, se não precisa pegar no CEASA da cidade [...]". (M3)

"[...] O produtor não tem disponibilidade de entrega no momento que a gente precisa, nem tem todos os produtos comparando ao distribuidor, o distribuidor entrega na loja [...]". (M5)

"[...] Para ser sincero eu não conheço nenhum agricultor que venda seus produtos [...]". (M8)

A exigência mínima de quantidade e a não entrega nos estabelecimentos deriva do custo/benefício do frete para o agricultor, quantidades muito pequenas, mesmo

acrescidas de frete, não compensa financeiramente os valores dispendidos pelo agricultor com produção e frete.

A documentação fiscal é variável com a instrução do produtor, a emissão de nota fiscal garante os direitos do consumidor e pode ser utilizado pelo produtor como comprovação de renda facilitando a aquisição da DAP e outros programas governamentais.

"[...] o produtor também dá problema com nota fiscal". (S1)

A subcategoria das dificuldades em relação ao cenário atual do município, denota-se da percepção dos comerciantes as dificuldades vividas pelos agricultores com a falta de apoio técnico e infraestrutura, valorização da produção de cana-de-açúcar na região, mas também foi apontado a desconfiança em relação aos agricultores e atravessadores.

"Já tentei comprar de produtor, mais eles não aguentam a produção, não tem assistência, não tem estufa, não tem capital para investir nestas coisas, não tem nem mais gente para plantar, aqui quem tem terra arrenda para cana, onde tem cana mais nada cresce, fica tudo pequeno, não vingam, tem que ter uma ajuda, um incentivo, mas é difícil, trabalho de formiguinha". (M8)

"Não tem muita qualidade porque falta água na plantação também". (Q4)

Alguns comerciantes acreditam que a produção local carece de assistência técnica e mais infraestrutura com apoio governamental, pois a supervalorização do cultivo da cana-de-açúcar desgastou o solo, comprometeu a capacidade produtiva do solo e propiciou o esvaziamento rural.

"[...] na região o pessoal planta muita cana, não dá para plantar algo junto a cana devido agrotóxico [...]". (Q1)

"[...] Aqui tem muita cana, que dá mais dinheiro [arrendar], o pessoal acaba nem plantando mais direito, não compensa, mesmo se vende pro Ceasa, pagam muito pouco". (M7)

As monoculturas predominantes, a falta de infraestrutura dos agricultores e maior visibilidade dos atravessadores ao invés dos agricultores locais levam os comerciantes a desconfiar se os vendedores ambulantes são realmente os produtores ou se são atravessadores oportunistas que vendem os produtos como deles próprios.

"[...] os perueiros que passam e dizem ser produtores é mentira, eles compram no Ceasa e revendem, até o pessoal que trabalha na feira, a maioria

compra no Ceasa, os produtos que saem do produtor é muito barato, ganha preço quando vai pro Ceasa [...]". (M8)

Através da lei que regulamenta a compra institucional da agricultura familiar o aluno tem a possibilidade de consumir alimentos produzidos na região, por vezes, produzidos por moradores do próprio município, incentivando o consumo sustentável, circulação monetária dentro do próprio município e minimizando os circuitos de comercialização dos produtos⁽²¹⁻²³⁾.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Este estudo caracterizou o cenário local de produção e comercialização de FLV da agricultura familiar em um município orientado para a indústria da cana-de-açúcar. Embora não exista projeto do governo local para apoiar e fortalecer essa atividade, os pequenos agricultores que persistem têm encontrado mercado para os seus produtos, predominantemente folhosos. Mostram-se dispostos a ampliar sua produção e almejam novos mercados. No entanto não estão seguros quanto às compras institucionais.

O mercado local, além da feira em que os produtores vendem seus próprios produtos, absorve parte da produção e vê vantagem na compra direta do produtor.

A alimentação escolar não é beneficiada com os produtos locais, enquanto a produção atual seria suficiente para atender uma parcela da demanda das escolas, existe o potencial de ampliação da produção.

Os técnicos e gestores do poder público não têm claro as razões porque o município não adquire produtos da agricultura familiar, mesmo que seja de produtores de outras localidades. Não parece que essa prática faça sentido para os gestores e ainda não surgiu alguém com força política para intervir e dar sentido a ela.

Os gestores que participaram ressaltaram a importância e a necessidade de conselhos que assessorem e cobrem o processo, a existência da CATi no município, mesmo que com número reduzido de trabalhadores, é um apoio para o processo de mapeamento e intermédio com os agricultores. O CONSEA é um conselho consultivo, mas que não há no município até o presente momento.

Apesar de as dificuldades serem predominantes na ótica de todos os atores, são passíveis de resolução. A interação entre os próprios órgãos municipais tem potencial de propiciar mais ações em fomento ao programa de aquisição de itens da agricultura familiar para a alimentação escolar.

A agricultura local necessita de assistência e orientação para que a produção seja compatível com o solicitado e que haja um bom gerenciamento de logística de distribuição, principalmente quando se trata de pequenos produtores.

Os gestores municipais desejam que ocorra a compra institucional, mas não conseguiram resolver impasses burocráticos nas tentativas frustradas, demonstrando necessidade de capacitações e contato com outros municípios que já trilham corretamente o abastecimento realizado pela agricultura local, assim como é perceptível a carência de apoio político à causa.

A ampla divulgação dos benefícios obtidos da chamada pública tanto para o município quanto para os agricultores e alunado conscientiza a população e gestores da importância que essa modalidade de compra pode proporcionar a saúde e ao favorecimento monetário do próprio município.

A agricultura familiar local já possui potencial para o fornecimento de alguns itens a alimentação escolar, mas este potencial pode ser expandido com o apoio técnico e ações regidas pela gestão municipal, podendo vir a ser convidativo para que mais agricultores se interessem no fornecimento de seus insumos.

Ressalta-se ainda, que mesmo que a agricultura do município não consiga se organizar inicialmente para o fornecimento, há possibilidade de que a compra seja realizada de agricultores familiares de municípios próximos que já estão habituados ao fornecimento institucional.

Apesar das dificuldades relatadas pelos comerciantes, vale ressaltar que há produtores locais que participam de uma parcela do abastecimento desses estabelecimentos, mas que se um melhor apoio técnico for demandado aos agricultores do município, os mesmos poderão vir a contribuir ainda mais no abastecimento do mercado local.

O fortalecimento do CAE, a criação do Conselho de SAN e adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional poderiam impulsionar o processo local. Esses conselhos ou outros fóruns locais terão que apropriar e estudar a complexidade desse cenário para encontrar estratégias de efetivamente colocar a agricultura familiar na pauta da política agrícola local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Triches RM, Kilian L. Papel dos atores sociais na aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar em municípios paranaenses. *Rev Redes* [Internet]. 2016 Sep;21(3):159–79. Available from: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/7055>
2. United Nations System Standing Committee on Nutrition. Inversiones para sistemas alimentarios saludables: Un análisis marco y revisión de las pruebas sobre las inversiones en los sistemas alimentarios para mejorar la nutrición. Documento de debate [Internet]. 2016 Sep;1–44. Available from: www.unscn.org
3. Brasil. Plano Safra da Agricultura Familiar 2017-2020: Fortalecer o campo para desenvolver o Brasil. Secr Espec Agric Fam e do Desenvolv Agrário. 2017;1–17.
4. Darolt MR, Lamine C, Brandenburg A, Alencar MDCF, Abreu LS. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. *Ambiente & Sociedade* [Internet]. 2016;19(2):1–22. Available from: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31746369002>
5. Triches RM, Simonetti MG, Cassarino JP, Baccarin JG, Teo CRPA. Condicionantes e limitantes para a aquisição de produtos da agricultura familiar pelo Programa de Alimentação Escolar no estado do Paraná. *Rev Redes*. 2019;24(1):118–37.
6. Paschoalino A, Ferrante VLSB, Cardozo DR, Carlini ER. O programa nacional de alimentação escolar em Araraquara-sp: bloqueios e perspectivas para a agricultura familiar. *Revista Interdisciplinar de Tecnologias e Educação*. 2018;4.
7. Sá E. Merenda Escolar: uma revolução para os agricultores familiares [Internet]. Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). 2016 [cited 2018 Sep 20]. Available from: <http://www.agroecologia.org.br/2016/08/17/merenda-escolar-uma-revolucao-para-os-agricultores-familiares/>
8. Brasil. Dados da Agricultura Familiar [Internet]. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Ministério da Educação. Brasil. 2019

- [cited 2019 Jun 15]. Available from: <https://www.fn-de.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>
9. Estado de São Paulo. Estatísticas da Produção Paulista [Internet]. Instituto de Economia Agrícola. São Paulo; 2018 [cited 2018 May 14]. Available from: http://ciagri.iea.sp.gov.br/nia1/subjetiva.aspx?cod_sis=1&idioma=1
 10. European Environment Agency. From production to waste: the food system. EEA [Internet]. 2014 Jun;1–11. Available from: <http://www.eea.europa.eu/signals/signals-2014/articles/from-production-to-waste-food-system>
 11. Arnaiz MG. Mudanças econômicas e socioculturais e o sistema alimentar. Antropologia e nutrição: um diálogo possível [online] [Internet]. 2005;147–64. Available from: <http://books.scielo.org>
 12. Rover OJ, Riepe ADJ. A relação entre comercialização de alimentos e princípios agroecológicos na rede de cooperativas de reforma agrária do Paraná/Brasil. Desenvolvimento e Meio Ambiente [Internet]. 2016 Aug;38:663–82. Available from: <http://revistas.ufpr.br/made/article/view/41984>
 13. Darolt MR, Lamine C, Brandenburg A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. Agriculturas. 2013;10(2):8–13.
 14. Brasil. PRONAF: Sobre o programa [Internet]. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Ministério de Desenvolvimento Agrário. 2018 [cited 2018 Jan 28]. Available from: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>
 15. FAO. Strategic work of FAO to Reduce Rural Poverty [Internet]. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Rome, Italy: FAO; 2017. 1-28 p. Available from: <http://www.fao.org/documents/card/en/c/2a56eaba-b4b5-47cc-b8c7-937783e01e6c/>
 16. Silva GAP, Costa KAO, Giugliani ERJ. Infant feeding: beyond the nutritional aspects. Jornal de Pediatria [Internet]. 2016 Jan;92(3):2–7. Available from:

<http://dx.doi.org/10.1016/j.jpedp.2016.03.015>

17. Schmitz B de AS, Recine E, Cardoso GT, Silva JRM da, Amorim NF de A, Bernardon R, et al. A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. *Cad Saude Publica*. 2008;24(2):312–22.
18. Costa LP, Grace L, Serafim N, Bezerra MS. A escola como lócus privilegiado para ações de educação alimentar e nutricional: um relato de experiências com pré-escolares. *Revista Brasileira de Educação e Saúde [Internet]*. 2019;9(2):60–6. Available from: <https://doi.org/10.18378/rebes.v9i2.6159>
19. OMS. Documento final de la Conferencia: Declaración de Roma sobre la Nutrición. Segunda Conferencia Internacional sobre Nutrición. 2014 Nov;19–21.
20. Brasil. Programa Nacional de Alimentação Escolar [Internet]. Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação - FNDE. Ministério da Educação. 2018 [cited 2018 Apr 1]. Available from: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae>
21. Silva SU da, Monego ET, Sousa LM de, Almeida GM de. As ações de educação alimentar e nutricional e o nutricionista no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2018 Aug;23(8):2671–81.
22. UNITED NATIONS SYSTEM STANDING COMMITTEE ON NUTRITION. Schools as a system to improve nutrition: A new statement for school-based food and nutrition interventions. *Discuss Pap [Internet]*. 2017;(September):64. Available from: www.unscn.org
23. Triches RM, Schneider S. Desestruturar para construir: interfaces para agricultura familiar acessar o programa de alimentação escolar. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)*. 2012;66–106.
24. Brasil. LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. 2009;
25. Silva B. ÍNDICE DE QUALIDADE DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. [Dissertação]: Universidade de Brasília. Brasília-DF; 2017.

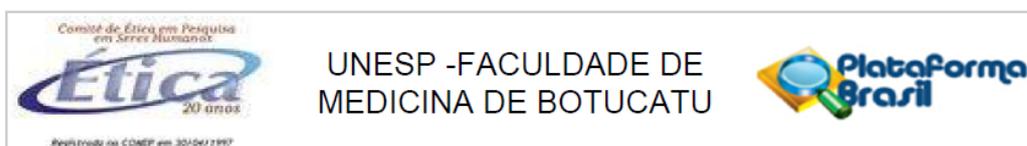
26. Martínez SA, Pinho FNLG. Política de alimentação escolar brasileira: Representações sociais e marcas do passado. *Arq Analíticos Políticas Educ* [Internet]. 2016;24:1–31. Available from: <http://dx.doi.org/>
27. Brasil. Compras da Agricultura Familiar: Conheça o PNAE [Internet]. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, DF; 2018 [cited 2018 May 22]. Available from: <http://mds.gov.br/compra-da-agricultura-familiar/pnae>
28. Cesar JT, Valentim E de A, Almeida CCB, Schieferdecker MEM, Schmidt ST. Alimentação Escolar no Brasil e Estados Unidos: uma revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2018 Mar;23(3):991–1007.
29. Silva EO, Amparo-Santos L, Soares MD. Alimentação escolar e constituição de identidades dos escolares: da merenda para pobres ao direito à alimentação. *Cad Saude Publica*. 2018 Mar;34(4):1–13.
30. BRASIL. Sobre o Pnae [Internet]. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação - FNDE. Brasília, DF; 2018 [cited 2018 May 26]. Available from: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-suplementares/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>
31. BRASIL. Resolução N°26 de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. 2013;1–44.
32. Roberto M, Gregolin P. Potencialidades e fragilidades do programa nacional de alimentação escolar – PNAE no território Cantuquiriguaçu (PR). *Revista Conexão UEPG*. 2017;548–67.
33. BRASIL. Compras da agricultura familiar: perguntas frequentes. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS) [Internet]. 2016 Feb 25 [cited 2019 Apr 28]; Available from: <http://mds.gov.br/compra-da-agricultura-familiar/perguntas-frequentes>
34. Brasil. LEI N° 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. Diretrizes para Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. 2006;1–7.

35. Brasil. Agricultura familiar e do desenvolvimento agrário [Internet]. Ministério de Desenvolvimento Agrário. 2019 [cited 2019 Jun 15]. Available from: <http://www.mda.gov.br/sitemda/node/24667>
36. FAO. O que é agricultura familiar? Food Agric Organ United Nations [Internet]. 2014 [cited 2018 Jul 15]; Available from: <http://www.fao.org/family-farming-2014/home/what-is-family-farming/pt/>
37. BRASIL. Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. Fundo Nac Desenvolv da Educ - FNDE [Internet]. 2^a. 2016;1–60. Available from: www.fnde.gov.br
38. Buainain AM, Alves E, Silveira JM da, Navarro Z. O mundo rural no Brasil do século 21. Embrapa. 2014;1182.
39. Libermann AP, Bertolini GRF. Tendências de pesquisa em políticas públicas: uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. *Ciência & Saúde Coletiva* [Internet]. 2015 Nov;20(11):3533–46. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232015001103533&lng=pt&tlng=pt
40. PASCHOALINO A, FERRANTE VB. Os gargalos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Araraquara sob a perspectiva da Administração Pública Municipal. *Semin Políticas Públicas* [Uniará]. 2017;1–7.
41. Neves J. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades [Internet]. *Caderno de pesquisas em administração*; 1996 p. 1–5. Available from: <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/c03-art06.pdf>
42. TOMASI NGS, YAMAMOTO RM. Metodologia da pesquisa em saúde: fundamentos essenciais. Curitiba: As autoras; 1999. 98 p.
43. MINAYO MCS. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 20th ed. Petrópolis: Vozes; 1994. p. 9–29.
44. TURATO ER. Tratado da metodologia de pesquisa clínico-qualitativa. 3rd ed. Petrópolis: Vozes; 2003. 685 p.
45. Fernandes IGM, Figueiredo HM, Costa Júnior HL, Sanches SG, Brasil A.

- Planejamento estratégico: análise SWOT. Revista Conexão Eletrônica. 2015;8(1):1464–73.
46. Araújo JC, Vita K, Fachini MG, Duarte RL, Tofoli ET. Análise SWOT: Uma ferramenta na criação de uma estratégia empresarial [Internet]. Unisaesiano. Lins-SP: V Encontro Científico e Simpósio de Educação Unisaesiano; 2015. p. 1–15. Available from: <http://www.unisaesiano.edu.br/simpósio2015/publicado/artigo0138.pdf>
 47. Bardin L. ANÁLISE DE CONTEÚDO: edição revista e ampliada. 3ª. Edições 70, editor. SÃO PAULO: Almedina; 2016. 280 p.
 48. Estado de São Paulo. Dados do Censo Escolar 2017: Cadastro de escolas [Internet]. Secretaria de Educação de São Paulo. 2018 [cited 2018 May 23]. Available from: <http://www.educacao.sp.gov.br/central-de-atendimento/downloads.asp>
 49. Brasil. Cadastro de Ambiente Rural. Ministério do Meio Ambiente [Internet]. 2018 [cited 2018 Aug 23]; Available from: <http://www.car.gov.br/publico/imoveis/index>
 50. Brasil. Censo agropecuário 2006. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [Internet]. 2006;267. Available from: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar%0A_2006_2/default.shtm
 51. Brasil. Extrato de DAP [Internet]. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). 2019 [cited 2019 Jun 15]. Available from: <http://smap14.mda.gov.br/extratodap/>
 52. Shikida PFA, Souza EC de. Agroindústria canavieira e crescimento econômico local. Rev Econ e Sociol Rural. 2010;47(3):569–600.
 53. Conselho Federal de Nutricionistas. RESOLUÇÃO CFN Nº 358/2005 [Internet]. Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. 2005 [cited 2018 Jun 25]. Available from: <http://www.cfn.org.br/novosite/pdf/res/2005/res358.pdf>

54. FAO. Panorama de la pobreza rural en América Latina y el Caribe. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura [Internet]. 2018;112. Available from: <http://www.fao.org/3/CA2275ES/ca2275es.pdf>
55. Marques A de A, Fernandes M das GM, Leite IN, Viana RT, Gonçalves M da CR, Carvalho AT de. Reflexões de agricultores familiares sobre a dinâmica de fornecimento de seus produtos para a alimentação escolar: O caso de Araripe, Ceará. Saude e Sociedade [Internet]. 2014 Dec;23(4):1316–28. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902014000401329&script=sci_abstract&tlng=pt
56. Triches RM, Schneider S. School Feeding and Family Farming: reconnecting consumption to production. Saúde e Soc. 2010;19(4):933–45.
57. Mossmann MP, Teo CRPA, Busato MA, Triches RM. Interface Between Family Farming and School Feeding: barriers and coping mechanisms from the perspective of different social actors in Southern Brazil. Revista de Economia e Sociologia Rural. 2017 Jun;55(2):325–42.
58. BOSQUILIA SGCDC, PIPITONE MAP. A integração do PNAE com o PRONAF: oportunidades e desafios. Impulso. 2017;27(70):7–16.
59. Teo CRPA, Mossmann MP, Taglietti RL. Desafios e mecanismos de enfrentamento na relação entre agricultura familiar e alimentação escolar. Rev Grifos [Internet]. 2017 [cited 2019 Jun 22];26(43):34–64. Available from: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/4054>

ANEXO A. Apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Desafios e potencialidades para a agricultura familiar na alimentação escolar em município do centro-oeste paulista

Pesquisador: Nathalia Fernanda Perpetuo Pereira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 88198618.4.0000.5411

Instituição Proponente: Departamento de Enfermagem

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.648.513

APENDICE A. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Desafios e potencialidades para a agricultura familiar na alimentação escolar em município do centro-oeste paulista

Eu _____, RG _____, Estado Civil _____,
Idade _____ anos, Residente na _____, nº _____, Complemento _____, Bairro
_____, Cidade: _____, Telefone () _____,

Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:

1. O trabalho tem por finalidade caracterizar os cenários de produção e abastecimento local com vistas ao fornecimento para alimentação escolar de um município do centro-oeste paulista.
2. Ao participar desse trabalho estarei contribuindo para esclarecer o potencial e os desafios da agricultura familiar no município para oferta a alimentação escolar.
3. Para a realização dessa pesquisa me disponibilizo a participar de reunião ou entrevista gravada por meio de áudio em local reservado e/ou responder a um formulário, quando necessário.
4. Durante a coleta de dados da pesquisa terei a liberdade de responder ou não qualquer pergunta e me recusar à realização da entrevista ou reunião.
5. A coleta de dados será realizada em local reservado, com data e hora agendadas previamente, por profissional devidamente habilitado e capacitado para isto.
6. Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade e, se eu desejar, deverei ser informado sobre os resultados dessa pesquisa.
7. Poderei me recusar a participar ou mesmo retirar meu consentimento a qualquer momento da realização dessa pesquisa, sem nenhum prejuízo ou penalização.
8. Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, eu poderei entrar em contato com a equipe científica pelo telefone da pesquisadora Nathalia Fernanda Perpetuo Pereira (14) 998103300
9. Este documento é elaborado em 2 vias, sendo uma do participante na pesquisa e outra para arquivo do pesquisador.

Diante dos esclarecimentos prestados, concordo em participar, como voluntário (a), do estudo “Desafios e potencialidades para a agricultura familiar na alimentação escolar em município do centro-oeste paulista”.

_____, _____ / _____ /2018.

Assinatura do Voluntário

Assinatura do Pesquisador

APENDICE C. Questionário “Percepção dos agricultores” sobre os desafios e potencialidades para agricultura familiar na alimentação escolar.

NOME: _____ **TEM DAP?** _____

Título da Pesquisa: Desafios e potencialidades para a agricultura familiar na alimentação escolar em município do centro-oeste paulista

QUESTIONÁRIO

1- Já participou de alguma reunião referente a agricultura familiar para alimentação escolar?

2- Em sua opinião, os agricultores conseguem fornecer para alimentação escolar?

3- Quais são as dificuldades e as facilidades do processo da compra?

4 - Quais seriam os benefícios para os agricultores e para o município se houver a compra?